

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**EMPRESA MUNICIPAL DE  
AMBIENTE DO PORTO, E.M.,  
S.A.**

**RELATÓRIO E CONTAS  
2017**



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

# ÍNDICE



| CONTEÚDO   | PÁGINA |
|--|--------|
| 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....  | 6      |
| 2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....   | 8      |
| 2.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....  | 8      |
| 2.1.1. CONTEXTO INTERNACIONAL .....  | 8      |
| 2.1.2. A ECONOMIA PORTUGUESA EM 2017 .....   | 9      |
| 2.2. PERSPETIVAS PARA 2018.....  | 12     |
| 2.2.1. CONTEXTO INTERNACIONAL .....  | 12     |
| 2.2.2. ECONOMIA PORTUGUESA.....  | 13     |
| 2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE, INVESTIMENTOS E RESULTADOS.....  | 15     |
| 2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....   | 18     |
| 2.5. CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA PARA O ANO DE 2017.....                                | 19     |
| 2.6. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CONSTANTES DO ARTIGO 62º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, PARA O ANO DE 2017..... | 21     |
| 2.7. ENDIVIDAMENTO.....  | 21     |
| 2.8. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO .....   | 21     |
| 2.9. PERSPETIVAS FUTURAS.....  | 22     |
| 2.10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS .....   | 22     |
| 2.11. EVENTOS POSTERIORES.....   | 22     |
| 2.12. DIVULGAÇÕES OBRIGATÓRIAS.....  | 22     |
| 2.12.1. PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ACIONISTAS:.....   | 22     |
| 2.12.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE:.....   | 23     |
| 2.12.3. EXISTÊNCIA DE NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES: .....                                | 23     |
| 2.12.4. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS:.....  | 23     |
| 2.12.5. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL:.....   | 23     |
| 3. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 .....   | 25     |
| 4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 .....                | 26     |
| 5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 .....           | 27     |
| 6. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 .....                         | 28     |
| 7. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 .....                           | 30     |
| Nota 1 – Identificação da entidade.....  | 30     |
| Nota 2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....                             | 30     |
| Nota 3 – Principais políticas contabilísticas.....   | 32     |
| Nota 4 – Fluxos de caixa .....   | 42     |
| Nota 6 – Ativos intangíveis .....  | 43     |
| Nota 7 – Ativos fixos tangíveis .....  | 44     |
| Nota 8 – Locações.....   | 45     |
| Nota 9 – Imparidade de Ativos.....   | 46     |



|  |    |
|--|----|
| Nota 10 – Inventários .....  | 46 |
| Nota 11 – Rédito .....   | 48 |
| Nota 12 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes .....                           | 49 |
| Nota 13 – Acontecimentos após a data de Balanço.....   | 49 |
| Nota 14 – Impostos sobre o rendimento .....  | 50 |
| Nota 15 – Instrumentos financeiros.....  | 50 |
| Nota 16 – Outras divulgações.....  | 51 |
| 8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS RELATIVA AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 .....       | 57 |
| 9. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO RELATIVO AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ..... | 60 |
| 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 62 |

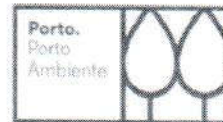
*[Handwritten blue scribbles and initials]*





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

# MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017, com a criação da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO** (doravante também denominada de **PORTOAMBIENTE**), veio materializar a visão do Município na profissionalização das Atividades de Recolha e Limpeza do Espaço Público, fomentando uma cultura própria intrínseca à Empresa, com uma identidade exclusivamente orientada para aquelas atividades.

Em termos operacionais, particular destaque para a passagem da operação, com referência ao dia 1 de setembro de 2017 "day one", ainda que formalmente a mesma apenas se tenha materializado em finais de novembro, motivo pelo qual a generalidade das operações e contratações apenas se verificou em dezembro de 2017. Desde então consideramos que a Empresa apresenta a autonomia necessária para execução a sua missão, nos moldes para a qual foi constituída, ao nível da Gestão de Resíduos Urbanos indiferenciados, seletivos e Limpeza do Espaço Público.

Os resultados económicos e financeiros do ano de 2017, ainda que naturalmente atípicos em face de se tratar do ano de constituição da **PORTOAMBIENTE** e com particular enfoque no último mês de 2017, evidenciam desde já o rigor no controlo gastos operacionais e a performance positiva ao nível da receita.

Assim, é ambição do Conselho de Administração que a **PORTOAMBIENTE** seja reconhecida como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o forte envolvimento de todos os *stakeholders* na concretização da sua estratégia.

O Conselho de Administração da **PORTOAMBIENTE** não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do ano 2017, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto e Empresa, nomeadamente:

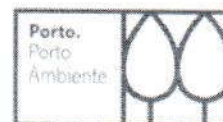
- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrada;
- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositados na nossa empresa;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, capacidade e dedicação postos nas tarefas que lhes foram confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

O Conselho de Administração

Artur Jorge Silva de Sousa Basto

Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção

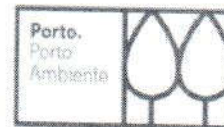
Teresa Gabriela Marques Leite



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





## 2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais, nomeadamente da Lei 50/2012 de 31 de agosto, a qual estabelece o atual regime jurídico da atividade empresarial local, mais concretamente em conformidade com o seu artigo 42º, conjugado com a alínea f) do número 1 do artigo 14º dos estatutos da **PORTOAMBIENTE**, submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Geral da Empresa, o relatório e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovado pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018.

### 2.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

#### 2.1.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

As atuais projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um reforço do crescimento da economia mundial em 2017 para 3,6% (3,2% em 2016), que se irá prolongar em 2018 (3,7%), em linha com o fortalecimento do comércio mundial de bens e serviços.

Face às previsões da Primavera de 2017 e, de entre as economias avançadas, o crescimento do PIB da área do euro para 2017 e 2018 foi revisto em alta, estando associado sobretudo a um melhor desempenho face ao esperado da economia durante o primeiro semestre do corrente ano; por sua vez, o crescimento foi revisto em baixa nos Estados Unidos da América (EUA), em ambos os anos, devido ao menor estímulo orçamental projetado, bem como no Reino Unido (-0,3 p.p. para 2017), em resultado da incerteza em torno das negociações da saída deste país da União Europeia (Brexit). Para as economias emergentes, as expectativas de crescimento foram revistas em alta para 2017 e 2018, realçando-se um crescimento acima do inicialmente esperado para a China (para os dois anos) em resultado do elevado investimento público em infraestruturas; para a Rússia, assente na recuperação do preço das matérias-primas; e para o Brasil (somente para 2017), refletindo também os efeitos de uma política monetária expansionista na retoma da procura interna.

No primeiro semestre de 2017, o crescimento do G20 acelerou para 3,5% em termos homólogos reais (3,1% em 2016). Paralelamente, as trocas comerciais de mercadorias melhoraram, tendo o comércio mundial passado de um crescimento de 1,4%, em volume, em 2016, para 4,1% até junho de 2017. Este comportamento deveu-se, sobretudo, a uma aceleração das importações de mercadorias, nomeadamente das economias emergentes, as quais recuperaram para 7,3% em termos homólogos (0,5% em 2016), com destaque para um crescimento robusto das importações de 10,7% para os países asiáticos (2,4% em 2016), ambos com o valor mais elevado desde 2011. As exportações mundiais de mercadorias também se intensificaram, embora de forma mais gradual.

Na primeira metade de 2017 assistiu-se, de facto, a um maior dinamismo da economia da área do euro, tendo o PIB registado, em média, um crescimento real de 2,1% em termos homólogos (1,8% em 2016), o mais forte desde o segundo semestre de 2011. Este resultado está associado a uma aceleração das





exportações, de 3,2% em 2016 para 4,5% este ano, refletindo uma procura externa sólida proveniente da retoma da economia mundial. Já relativamente ao investimento, este permaneceu mais moderado, apesar das condições de financiamento se terem mantido favoráveis e da continuação da orientação muito acomodaticia da política monetária do BCE. Por sua vez, o consumo privado manteve um crescimento moderado, beneficiando da melhoria das condições no mercado de trabalho e dos progressos alcançados em termos de redução do endividamento das famílias. O emprego aumentou 1,6% no primeiro semestre de 2017 em termos homólogos (1,4% no ano de 2016) e a taxa de desemprego na área do euro desceu, situando-se em 9,1% em agosto de 2017, a mais baixa desde março de 2009 (10%, em média, em 2016).

Os EUA também registaram um crescimento mais intenso no primeiro semestre de 2017 (2,1%). Este desenvolvimento deveu-se sobretudo à melhoria do investimento privado (nomeadamente do segmento não residencial) e à recuperação das exportações, as quais aumentaram 3,2% em termos homólogos (-0,3% em 2016), resultando do maior dinamismo da economia mundial. O crescimento do consumo privado permaneceu forte (2,8% no primeiro semestre de 2017) em linha com a continuação da melhoria do mercado do trabalho refletida na descida da taxa de desemprego para 4,4%, em média, até setembro de 2017 (4,9% em 2016).

A atividade económica do Japão também melhorou, tendo o PIB aumentado 1,5% em termos homólogos reais no primeiro semestre (1% em 2016) apoiado pela generalidade das componentes da procura interna, com destaque para um forte crescimento do investimento público e privado não residencial, aliado a um crescimento robusto das exportações, especialmente para o mercado asiático.

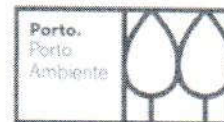
#### 2.1.2. A ECONOMIA PORTUGUESA EM 2017

No primeiro semestre de 2017 a economia portuguesa prosseguiu a tendência de aceleração a um ritmo superior ao observado ao longo de 2016. O PIB registou o maior crescimento homólogo real desde 2001, superando o crescimento médio verificado na área do euro (2%), alicerçado numa forte dinâmica do investimento e das exportações.

A informação qualitativa disponível até setembro aponta para uma estabilização do clima económico tendo os índices de confiança aumentado na indústria, na construção e nos serviços e diminuído no comércio. A aceleração da atividade económica no primeiro semestre de 2017 resultou do aumento do contributo positivo da procura interna (2,7 p.p., que compara com 1,1 p.p. na primeira metade de 2016) e da recuperação do contributo da procura externa líquida (0,2 p.p., que compara com -0,1 p.p. no período homólogo de 2016).

Esta evolução ficou a dever-se ao dinamismo assinalável do investimento e das exportações tendo o consumo privado mantido um crescimento moderado e o consumo público registado uma diminuição de 0,5%, em termos homólogos reais.





A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 10,1%, em termos homólogos reais, em resultado do forte dinamismo do investimento empresarial, fruto de uma melhoria significativa da confiança e expectativas dos empresários, e da acentuada recuperação do investimento público e residencial. Com efeito, as principais componentes da FBCF registaram um elevado dinamismo com destaque para a FBCF em equipamentos de transporte (23,1%, em termos homólogos reais), em outras máquinas e equipamentos (14,4%), o que se tem refletido num aumento da capacidade produtiva disponível na economia, e em construção (9,6%), parcialmente refletindo o baixo desempenho desta categoria nos primeiros seis meses de 2016.

O consumo privado cresceu 2,1% em termos homólogos reais, beneficiando da aceleração do consumo de bens correntes não alimentares, que cresceu 2% (1,6 p.p. acima do verificado no mesmo período do ano anterior), enquanto o consumo de bens duradouros registou um crescimento menos intenso face ao observado no primeiro semestre de 2016 (5,9% inferior em 6,3 p.p. ao registado no período homólogo) refletindo sobretudo a evolução da aquisição de automóveis. Esta desaceleração reflete, em parte, o efeito base causado pela antecipação da decisão de aquisição de automóveis que ocorreu no primeiro trimestre de 2016 devido às alterações fiscais que ocorreram a partir do segundo trimestre por via da entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016.

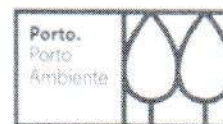
A evolução do consumo privado acompanha o aumento do rendimento disponível das famílias desde o primeiro trimestre de 2015 (+2,4%, em termos homólogos, no primeiro semestre deste ano) e em que o nível de endividamento tem apresentado uma tendência decrescente quer em termos absolutos quer em termos relativos, passando de 109,8% do rendimento disponível no final do primeiro trimestre de 2016 para 104%, no mesmo período de 2017. Por sua vez, a taxa de poupança baixou ligeiramente, de 5,5% no ano terminado em junho de 2016 para 5,2% no mesmo período de 2017.

As exportações cresceram 8,9% nos primeiros seis meses do ano, mais 6,1 p.p. face ao observado na primeira metade de 2016, prolongando a aceleração registada nos últimos trimestres de 2016. Esta evolução é explicada tanto pela subida das exportações de bens, 7,7%, como pelo aumento significativo das exportações serviços, 12,5% (11,3 p.p. acima do verificado em igual período do ano passado).

O dinamismo das exportações está associado quer ao enquadramento internacional favorável, que se traduziu no aumento da procura externa dirigida à economia portuguesa, quer aos ganhos de competitividade. Estima-se que a procura externa relevante de bens dirigida à economia portuguesa tenha crescido, na primeira metade de 2017 e em termos homólogos, 4,6%, o que traduz um ganho de quota de mercado de cerca de 2,9 p.p.. Já no caso dos serviços, o aumento médio da procura externa relevante é estimado em cerca de 2,8%, o que comparado com o crescimento das exportações de serviços, se traduz num ganho de quota de mercado de 9,4 p.p..

No que se refere às exportações de serviços, verifica-se que a componente de viagens e turismo representou, entre janeiro e julho de 2017, 48,7% do valor exportado (2,6 p.p. acima do verificado nos primeiros sete meses de 2016), tendo sido das categorias mais dinâmicas, ao crescer 20%. Importa





ainda destacar o crescimento de 16,2% dos serviços de transporte, que é a segunda categoria mais relevante.

Refletindo a aceleração da atividade económica, o mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, registando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego, a qual igualou a média da área do euro pela primeira vez desde 2006.

No primeiro semestre de 2017, o emprego (segundo o Inquérito Trimestral ao Emprego do INE) aumentou 3,3%, em termos homólogos (2,7 p.p. acima da variação do primeiro semestre de 2016). O sector que mais aumentou o nível de emprego foi o da construção, tendo registado um crescimento de 8% (mais 3,4 p.p. do que em igual período do ano passado).

O aumento do emprego reflete evoluções positivas do emprego por conta de outrem (3,9%) e do emprego por conta própria (1,4%). Relativamente aos contratos por conta de outrem, importa destacar que a sua dinâmica se ficou a dever essencialmente à evolução dos contratos sem termo (4,8%), que contrasta com um crescimento marginal dos contratos a termo (0,1%). A taxa de desemprego diminuiu para 9,5%, no primeiro semestre de 2017 (11,6% em igual período do ano passado), sendo que no segundo trimestre de 2017 foi de 8,8% - o valor mais baixo desde o primeiro trimestre de 2011.

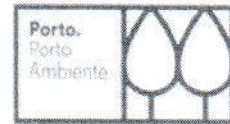
De destacar a descida especialmente acentuada da taxa de desemprego de longa duração - que mantém a tendência descendente desde o segundo trimestre de 2016. A população numa situação de desemprego de longa duração desceu, no primeiro semestre de 2017, 21,2% em termos homólogos e 15% em cadeia, constituindo, ainda assim, 59% do total dos desempregados. A redução do desemprego é também corroborada pela diminuição do número de desempregados inscritos nos centros de emprego.

De acordo com o IEFP, no final de agosto de 2017, encontravam-se inscritos cerca de 418 mil desempregados nos centros de emprego, menos 16,1% do que em igual período de 2016.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou um crescimento médio de 1,3% nos primeiros 9 meses do ano, acelerando 0,7 p.p. face ao registado no ano de 2016. Já o IHPC cresceu 1,5%, 0,2 p.p. acima do IPC nacional e 0,1 p.p. abaixo do crescimento médio da área do euro. A dinâmica é semelhante à do IPC nacional, tendo registado uma aceleração de 0,9 p.p. face a 2016. Esta aceleração resultou em grande medida de um contributo positivo da componente energética, após ter registado um contributo negativo em 2016, mas também dos serviços, em especial aqueles relacionados com o alojamento, restauração e cafés, que refletem em grande medida as dinâmicas do turismo.

No mercado imobiliário, os preços medidos no Inquérito à Avaliação Bancária apresentaram um crescimento médio homólogo de 5,2% de janeiro a julho, o que traduz uma aceleração de cerca de 1,5 p.p. face ao conjunto do ano de 2016.





*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Na primeira metade do ano, o deflator do PIB registou um crescimento médio de 1%, acelerando fortemente do primeiro para o segundo trimestre (de 0,7% para 1,4%, respetivamente). Esta evolução decorre sobretudo de uma recuperação dos termos de troca (que passaram de -2,5% para -0,3% do primeiro para o 2º. trimestre, respetivamente), enquanto o deflator da procura interna estabilizou em cerca de 1,3%, em termos médios.

As remunerações nominais por trabalhador aumentaram 0,8% para a totalidade da economia, menos 0,9 p.p. que no primeiro semestre de 2016.

Por último, a economia portuguesa registou uma queda dos termos de troca (-1,3%), numa trajetória que se iniciou no último trimestre de 2016. Este valor é explicado por, nos dois primeiros trimestres de 2017, a variação homóloga do deflator das importações (5% no primeiro semestre) ter sido superior à variação do deflator das exportações (3,6%), ambos influenciados pela evolução da componente energética. A perda de termos de troca dos bens foi superior à dos serviços (-1,4% contra -0,1%).

## 2.2. PERSPETIVAS PARA 2018

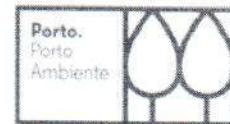
### 2.2.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

A aceleração do crescimento da economia mundial prevista para 2018 reflete uma melhoria das economias emergentes, sendo que o ritmo de crescimento das economias avançadas deverá desacelerar ligeiramente. Perspetiva-se que as economias emergentes e em desenvolvimento continuem a ser o motor do crescimento da economia mundial, destacando-se o conjunto dos países asiáticos em desenvolvimento, nomeadamente importadores de matérias-primas, cujo crescimento previsto é de 6,5% (igual a 2017). Desta forma, prevê-se que a Índia tenha um crescimento mais robusto enquanto a China continue a abrandar, prosseguindo um esforço de ajustamento e de correção dos desequilíbrios internos e externos da sua economia. Já relativamente aos países exportadores de matérias-primas, como a Rússia e o Brasil, a retoma económica será mais moderada pelo facto dos preços das matérias-primas, embora em recuperação, continuarem a apresentar níveis relativamente baixos; e, também, no caso do Brasil, devido à persistência da instabilidade política.

Nas economias avançadas, prevê-se a manutenção de um crescimento moderado dos EUA, um abrandamento do Japão e uma ligeira desaceleração da economia europeia, resultando sobretudo de um crescimento menos forte do Reino Unido.

Na área do euro, perspetiva-se uma desaceleração do crescimento em 2018 que continuará a ser apoiado por um crescimento moderado da procura interna suportado pelas condições de financiamento favoráveis, com taxas de juro baixas, e pela melhoria do mercado de trabalho. Assim, o consumo privado deverá beneficiar do recente fortalecimento do crescimento do emprego e da continuação da descida da taxa de desemprego para 8,7% (-1,3 p.p. face a 2016). O investimento empresarial continuará a recuperar, refletindo um fortalecimento das margens de lucro num contexto de menor necessidade de desalavancagem e de uma recuperação da procura; enquanto o investimento residencial será apoiado pelas perspetivas de rendimento e também de condições de financiamento





Handwritten initials in blue ink, possibly 'ds' and 'h'.

favoráveis, bem como pelas taxas de rendibilidade baixas dos investimentos alternativos. A procura externa, embora dinâmica, tenderá a ser mais contida em 2018, devido, em parte, à deterioração prevista do fluxo de importações do Reino Unido. Assim, após um forte crescimento em 2017, as exportações deverão desacelerar em 2018, sendo as exportações para fora da área do euro também influenciadas pela projeção de apreciação da taxa de câmbio efetiva nominal do euro.

A taxa de inflação nas economias avançadas deverá manter-se em 1,7% em 2018. Na área do euro, prevê-se uma ligeira desaceleração da taxa de inflação para 1,4% (1,5% em 2017), influenciada pela queda do contributo de preços dos produtos energéticos devido a efeitos de base. No entanto, excluindo os preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares, a taxa de inflação deve aumentar gradualmente, em linha com a continuação da retoma económica, embora permanecendo a um nível baixo.

O FMI prevê que o preço do petróleo estabilize em torno de 50 USD/bbl resultando, em parte, da extensão do acordo entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a Rússia em acumulação com um aumento previsto da procura. Já relativamente aos preços das matérias-primas não energéticas, estes deverão desacelerar para 0,5% em 2018, após o aumento substancial em 2017. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, a taxa de inflação média prevista para 2018 é de 4,4% (4,2% em 2017).

### 2.2.2. ECONOMIA PORTUGUESA

O dinamismo da economia portuguesa deverá prosseguir em 2018 com o PIB a crescer 2,2%, após um aumento esperado de 2,6% em 2017. Em ambos os anos a economia deverá crescer acima da média da área do euro, prolongando o processo de convergência real.

O cenário macroeconómico atual para 2017 e 2018 foi elaborado tendo em conta a mais recente informação relativa à atividade económica nacional e internacional, assim como o impacto estimado das medidas de política perspectivadas para 2018. Entre outros dados, este cenário incorpora a informação relativa à revisão das Contas Nacionais para os anos de 2015 e 2016, assim como a informação quantitativa e qualitativa disponível à data. De assinalar que a revisão das Contas Nacionais para 2015 e 2016 resultou numa revisão em alta do crescimento real do PIB nestes 2 anos para 1,8% e 1,5%, respetivamente.

O cenário macroeconómico assenta num conjunto de hipóteses sobre a envolvente externa das quais se destacam as relacionadas com a evolução dos principais parceiros económicos de Portugal e com a evolução do preço do petróleo, das taxas de juro e das taxas de câmbio. Para 2018 é esperada a continuação de um forte crescimento da procura externa (de bens) relevante para Portugal, em torno de 4%, ainda que em desaceleração. Esta evolução é explicada pelo abrandamento esperado da





economia dos principais parceiros comerciais, com destaque para a Espanha, Alemanha, Reino Unido, EUA e Angola, que se deverá refletir no crescimento real das respetivas importações de bens.

A procura interna deverá ser o principal motor da atividade económica em 2017, ao registar um contributo de 2,7 p.p., 1 p.p., refletindo sobretudo uma maior dinâmica do investimento (FBCF) que deverá crescer 7,7%, refletindo, entre outros, o bom desempenho da atividade nos primeiros seis meses do ano, assim como a crescente confiança dos agentes económicos. O consumo privado deverá também contribuir para esta aceleração, estimando-se um crescimento de 2,2%.

A maior dinâmica da procura interna deverá traduzir-se numa aceleração das importações para 8%, enquanto as exportações deverão apresentar um maior crescimento refletindo o elevado desempenho registado na primeira metade do ano (em especial nos serviços). Assim, espera-se que a capacidade de financiamento da economia atinja os 0,8% do PIB, enquanto a balança corrente deverá apresentar um saldo marginalmente negativo (-0,1% do PIB).

Por seu turno, o mercado de trabalho deverá ser caracterizado pela manutenção de uma tendência de melhoria, em linha com a evolução da atividade económica, esperando-se que o emprego cresça 2,7%, enquanto a taxa de desemprego deverá recuar para 9,2%.

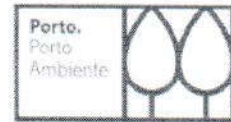
Para 2018 é esperado um crescimento do PIB de 2,2%, desacelerando por via de um menor contributo da procura interna, enquanto a procura externa líquida deverá apresentar um contributo nulo.

O consumo privado continuará a aumentar, acompanhando as perspetivas para as remunerações e rendimento disponível real, perspetivando-se uma estabilização da taxa de poupança. O investimento (FBCF) manter-se-á como a componente mais dinâmica da procura interna, refletindo o dinamismo do investimento empresarial e do investimento público. O consumo público estará em grande medida associado às dinâmicas do emprego público e da contenção do consumo intermédio, enquanto a evolução do respetivo deflator refletirá sobretudo o impacto das medidas previstas de descongelamento das carreiras na administração pública.

O contributo da procura externa deverá ser nulo, com a desaceleração das importações a ser compensada por uma desaceleração das exportações, que convergirão para o crescimento esperado da procura externa relevante. Assim, a balança comercial deverá melhorar (de 0,9% do PIB em 2017 para 1% em 2018), enquanto a capacidade de financiamento deverá melhorar 0,2 p.p. face a 2017.

A evolução do mercado de trabalho continuará a ser marcada por uma descida do desemprego e pelo aumento do emprego, a um ritmo naturalmente inferior ao de 2017, à medida que o desemprego se aproxima do nível de desemprego estrutural. Assim, espera-se um aumento do emprego de 0,9% enquanto a taxa de desemprego descerá para 8,6%, ou seja, uma evolução positiva da produtividade aparente do trabalho. Por outro lado, os desenvolvimentos do emprego deverão continuar a refletir a reafectação de recursos em favor dos sectores de bens transacionáveis e mais produtivos da economia.





A inflação medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) deverá fixar-se nos 1,4% em 2018, mais 0,2 p.p. do que em 2017, evolução que reflete o equilíbrio de pressões internas e externas. As pressões internas, no sentido ascendente, estão relacionadas com os desenvolvimentos esperados para as remunerações (descongelamento das carreiras na administração pública e aumento do salário mínimo), assim como com o progressivo aumento do hiato do produto que leva a um aumento das pressões inflacionistas na economia. Por outro lado, as pressões externas pendem sobretudo no sentido contrário e encontram-se ligadas às perspetivas de relativa estabilização dos preços das *commodities* nos mercados internacionais assim como à esperada apreciação do euro.

No seu conjunto, perspetiva-se uma progressiva melhoria dos desequilíbrios macroeconómicos quer internos, quer externos, da economia portuguesa.

### 2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE, INVESTIMENTOS E RESULTADOS

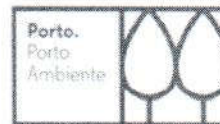
A **PORTOAMBIENTE** foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de 465 566,00 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis, os quais foram substancialmente transferidos para a Empresa no momento da passagem da Operação.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto as seguintes competências:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o PAPERSU, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no PERSU 2020;
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a LIPOR o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

O Rédito e a receita foram e serão realizados mediante as seguintes fontes:



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

- a) Receitas próprias, pela tarifa de gestão de resíduos urbanos;
- b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários, tendo como meta o ano de 2020 como o primeiro ano em que se prevê que o sistema de gestão de resíduos tenha uma cobertura total dos custos;
- c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público.

Os principais indicadores e rácios de exploração e financeiros de 2017 são os seguintes, não sendo apresentados quaisquer montantes comparativos pelo facto de a **PORTOAMBIENTE** ter sido constituída no ano de 2017:

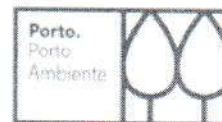
*valores expressos em euros*

| Indicadores e rácios da actividade   | 2017              |
|--|-------------------|
| <b>ESTRUTURA FINANCEIRA</b>  |                   |
| Ativo  | 6 031 400,22      |
| Passivo  | 5 452 365,19      |
| Capitais próprios  | 579 035,03        |
| Autonomia financeira   | 9,60%             |
| Solvabilidade  | 10,62%            |
| <b>ESTRUTURA ECONÓMICA</b>   |                   |
| Prestação de serviços  | 4 342 651,58      |
| Subsídios à exploração   | 1 555 030,01      |
| Subtotal Rêdito  | 5 897 681,59      |
| Subcontratos e Tratamento de resíduos  | (4 852 839,81)    |
| Encargos com cobrança  | (130 219,57)      |
| Renting de viaturas  | (270 183,72)      |
| Gastos com o pessoal   | (347 727,89)      |
| Subtotal Principais Gastos da operação   | (5 600 970,99)    |
| Outros rendimentos e gastos operacionais   | (99 728,72)       |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b> | <b>196 981,88</b> |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                                   | (51 021,26)       |
| <b>Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)</b>      | <b>145 960,62</b> |
| <b>Resultado antes de imposto (RAI)</b>  | <b>145 960,62</b> |
| Imposto sobre rendimento do período  | (32 491,59)       |
| <b>Resultado líquido do período</b>  | <b>113 469,03</b> |

O Ativo reflete essencialmente:

- a) O Ativo fixo tangível e intangível, no montante de 320 366 Euro;
- b) O saldo a receber a título de tarifa dos resíduos sólidos no montante de 2 880 771 Euro;
- c) Os Meios financeiros líquidos constantes do balanço no montante de 2 685 017 Euro.





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Uma vez que a Limpeza do Espaço Público, assumindo características de um bem social, está excluída do Sistema Tarifário, as transferências atribuídas a título de subsídio à exploração visam cobrir na íntegra os custos do serviço, pelo que o resultado desta atividade será sempre nulo. Deste modo, o resultado operacional do ano foi positivo em cerca de 145 961 euro, atribuível na íntegra à Atividade regulada, conforme se ilustra:

*Valores expressos em euros*

| RENDIMENTOS E GASTOS   | NOTAS            | Período 2017          |                        |
|--|------------------|-----------------------|------------------------|
|  |                  | Atividade Regulada    | Atividade Não Regulada |
| Vendas e serviços prestados  | + 5 ; 11 ; 16.1  | 4 342 295,74          | 355,84                 |
| Subsídios à exploração   | + 5 ; 11 ; 16.1  | 4 876,15              | 1 550 153,86           |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas                       | - 10.3 ; 16.1    | (9 391,19)            | -                      |
| <b>Fornecimentos e serviços externos</b>                                   | <b>8 ; 16.1</b>  | <b>(3 816 193,18)</b> | <b>(1 526 839,91)</b>  |
| Subcontratos   | -                | (3 343 666,50)        | (1 509 173,31)         |
| Serviços especializados  | -                | (180 474,45)          | (2 644,99)             |
| Material   | -                | (10 129,61)           | (533,14)               |
| Energia e fluidos  | -                | (1 842,24)            | (96,96)                |
| Deslocações, estadas e transportes   | -                | (1 637,27)            | (86,17)                |
| Rendas e alugueres   | -                | (257 006,62)          | (13 177,10)            |
| Despesas de representação  | -                | (13 358,05)           | (703,06)               |
| Outros serviços  | -                | (8 078,45)            | (425,18)               |
| Gastos com pessoal   | - 16.1 ; 16.3    | (327 172,35)          | (20 555,54)            |
| Outros rendimentos   | + 16.1           | 32,41                 | 1,71                   |
| Outros gastos  | - 16.1           | (552,58)              | (29,08)                |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> | =                | <b>193 895,00</b>     | <b>3 086,88</b>        |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                           | -/+ 6 ; 7 ; 16.1 | (48 470,20)           | (2 551,06)             |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   | =                | <b>145 424,80</b>     | <b>535,82</b>          |
| Imposto sobre rendimento do período  | -/+ 14 ; 16      | (31 955,78)           | (535,81)               |
| <b>Resultado líquido do período</b>  | =                | <b>113 469,02</b>     | <b>0,01</b>            |

Relativamente à atividade desenvolvida pela empresa, desde o momento de referência de passagem da operação "day one", foram concretizados os seguintes quantitativos:

*valores expressos em toneladas ou km*

| Indicador   | Administração direta | Subcontratação   | Total            |
|---|----------------------|------------------|------------------|
| Quantidade de resíduos recolhidos indiferenciadamente (t)             | 15 237,04            | 23 479,10        | 38 716,14        |
| Quantidade de resíduos recolhidos seletivamente (multimaterial) (t)   | 2 319,25             | 2 159,23         | 4 478,48         |
| Quantidade de resíduos recolhidos seletivamente (orgânicos) (t)       | 2 233,03             | 1 307,46         | 3 540,49         |
| Quantidade de resíduos recolhidos seletivamente (outros resíduos) (t) | 503,74               | 283,90           | 787,64           |
| Quantidade total de resíduos recolhidos (t)                           | 20 293,06            | 27 229,69        | 47 522,75        |
| <b>Total de toneladas recolhidas</b>                                  | <b>40 586,12</b>     | <b>54 459,38</b> | <b>95 045,50</b> |
| Distância de varredura (km)   | 22 486,05            | 33 018,30        | 55 504,35        |
| <b>Total de km varridos</b>   | <b>22 486,05</b>     | <b>33 018,30</b> | <b>55 504,35</b> |

Na sequência, destaca-se assim o cumprimento das seguintes metas:





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

| Meta  | Meta 2017 | Resultado 2017 | % de cumprimento |
|---|-----------|----------------|------------------|
| Retomas de recolha seletiva (kg/hab.ano)      | 57,00     | 56,77          | 99,6             |
| Preparação para reutilização e reciclagem (%) | 28,55     | 26,26          | 92,0             |

Em 31 de dezembro de 2017 a **PORTOAMBIENTE** dispunha de 52 colaboradores, conforme seguidamente elencado, os quais foram na sua generalidade admitidos em dezembro, considerando a passagem de operação materialmente ocorrido nessa data.

| #            | Categoria profissional                            | 2017      |
|--------------|---|-----------|
| 1            | Administrador executivo                           | 2         |
| 2            | Coordenador de Compras e Aprovisionamento         | 1         |
| 3            | Diretor de Recursos Humanos e Gestão da Qualidade | 1         |
| 4            | Técnicos superiores na área do ambiente           | 4         |
| 5            | Técnicos superiores na área dos Recursos Humanos  | 1         |
| 6            | Assessor Jurídico da Administração                | 1         |
| 7            | Secretária do Conselho de Administração           | 1         |
| 8            | Técnico Superior de Informática                   | 1         |
| 9            | Encarregados Operacionais                         | 7         |
| 10           | Motoristas  | 10        |
| 11           | Cantoneiros                                       | 23        |
| <b>Total</b> |   | <b>52</b> |

Na sequência, o gasto médio, mensal, por colaborador apresenta-se da seguinte forma, após ponderado pelo número médio de colaboradores:

*(valores expressos em euros)*

| Recursos humanos                                  | 2017       |
|---|------------|
| Número de trabalhadores no final do período       | 52         |
| Número médio de trabalhadores ao longo do período | 10         |
| Gastos com o pessoal                              | 347 727,89 |
| Gasto médio, mensal, por colaborador              | 2 404,42   |

#### 2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A síntese da execução orçamental do período de 2017 apresenta-se da seguinte forma:





Valores expressos em euros

| RENDIMENTOS E GASTOS  |          | Período 2017          |                       |                |                     |                |
|---|----------|-----------------------|-----------------------|----------------|---------------------|----------------|
|   |          | Orçamento             | Execução              |                | Desvio              |                |
|   |          |                       | Euro                  | %              | Euro                | %              |
| Verbas e serviços prestados                                       | +        | 4 317 066,54          | 4 342 651,58          | 100,59%        | 25 585,04           | 0,59%          |
| Subsídios à exploração  | +        | 2 392 326,00          | 1 555 030,01          | 65,00%         | (837 295,99)        | -35,00%        |
| <b>Total Rendimentos / Receita</b>                                | <b>=</b> | <b>6 709 392,54</b>   | <b>5 897 681,59</b>   | <b>87,90%</b>  | <b>(811 710,95)</b> | <b>-12,10%</b> |
| <b>Fornecimentos e serviços externos</b>                          | <b>-</b> | <b>(5 453 325,57)</b> | <b>(5 035 959,25)</b> | <b>92,35%</b>  | <b>417 366,32</b>   | <b>-7,65%</b>  |
| Subcontratos e Serviços especializados                            | -        | (5 453 325,57)        | (5 035 959,25)        | 92,35%         | 417 366,32          | -7,65%         |
| Gastos com pessoal  | -        | (803 531,37)          | (347 727,89)          | 43,27%         | 455 803,48          | -56,73%        |
| Outros Fornecimentos e serviços externos, gastos e/ou rendimentos | -        | (422 535,60)          | (317 012,57)          | 75,03%         | 105 523,03          | -24,97%        |
| <b>Total Rendimentos / Receita</b>                                | <b>=</b> | <b>(6 679 392,54)</b> | <b>(5 700 699,71)</b> | <b>85,35%</b>  | <b>978 692,83</b>   | <b>-14,65%</b> |
| <b>EBITDA</b>   | <b>=</b> | <b>30 000,00</b>      | <b>196 981,88</b>     | <b>656,61%</b> | <b>166 981,88</b>   |                |

Da leitura do quadro anterior, é possível verificar que a empresa apresenta níveis de execução orçamental da Despesa e da Receita superiores a 85%. Adicionalmente, e para uma completa leitura dessa informação, deverão ser tidos em consideração os seguintes aspetos:

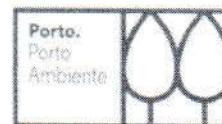
- O atraso verificado na formalização contratual da passagem dos contratos, e como tal da Atividade propriamente dita, formalização essa apenas verificada em finais de novembro, teve um impacto direto no início do controlo da operação, e como tal da contratação (diminuindo a execução dos Gastos com o pessoal orçamentados);
- Verificou-se uma interpretação divergente da que esteve presente no momento da elaboração dos instrumentos de gestão previsional, na qual a comparticipação para investimento prevista nos Estatutos da Lipor teria sempre de ser assegurada pelo Município e não pela Empresa. Tal aspeto teve um impacto direto (diminuição) ao nível dos gastos e rendimentos.

Desconsiderando o impacto decorrente destes dois eventos, o nível de execução orçamental posicionar-se-ia muito próximo dos 100%.

## 2.5. CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA PARA O ANO DE 2017

Dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foram estabelecidos, no contrato programa celebrado no Município do Porto para o ano de 2017 (por remissão ao contrato de gestão delegada), objetivos e ações a prosseguir pela **PORTOAMBIENTE**. Estes são monitorizados por indicadores de eficiência e eficácia de execução / implementação, seguindo-se uma análise ao seu cumprimento a 31 de dezembro de 2017:

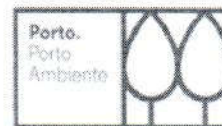




| #    | Descrição   | Atividade                           |                                     | Nível de classificação para o ano de 2017 |                                     |                                     |
|------|---|-------------------------------------|-------------------------------------|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
|      |   | Regulada                            | Não Regulada                        | Eficaz                                    | Efcaz                               | Muito Eficaz                        |
| 011  | <b>Acessibilidade ao serviço de recolha de resíduos - Indiferenciada</b><br>(Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nos locais de deposição indiferenciada de resíduos, num raio não superior a 100 (cento) metros, tendo por base o local de produção dos mesmos) | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |
| 012  | <b>Acessibilidade ao serviço de recolha de resíduos - Seletiva</b><br>(Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nos locais de deposição seletiva de resíduos, num raio não superior a 100 (cento) metros, tendo por base o local de produção dos mesmos)             | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |
| 02.1 | <b>Lavagem e higienização de equipamentos</b><br>(Frequência de lavagem de contentores de deposição indiferenciada de resíduos urbanos)   | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| 02.2 | <b>Lavagem e higienização de equipamentos</b><br>(Frequência de lavagem de contentores de deposição seletiva de resíduos urbanos)   | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| 03   | <b>Abrangência do serviço de limpeza do espaço público</b><br>(Garantia de acessibilidade dos municípios ao serviço de limpeza do espaço público)   |                                     | <input checked="" type="checkbox"/> |   |                                     | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 04   | <b>Satisfação dos utilizadores</b><br>(Rácio entre os utilizadores satisfeitos com o serviço prestado, relativamente ao total de utilizadores)  | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |   | Nota 1                              |                                     |
| 05   | <b>Resposta a sugestões e reclamações</b><br>(Porcentagem de reclamações ou sugestões que foram alvo de resposta no prazo não superior a 22 dias úteis)   | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |   | Nota 1                              |                                     |
| 06   | <b>Metas de gestão de resíduos</b><br>(Cumprimento das metas de gestão de resíduos decorrentes das imposições dos Planos Estratégicos em vigor)   | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| 09   | <b>Educação e sensibilização</b><br>(Verificação de resultados positivos decorrentes de campanhas/projetos de sensibilização e educação desenvolvidos pela empresa)   | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |   | Nota 1                              |                                     |
| 03.1 | <b>Ruído - Indiferenciada</b><br>(Valor médio das emissões sonoras das viaturas pesadas de recolha indiferenciada de resíduos)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| 03.2 | <b>Ruído - Seletiva</b><br>(Valor médio das emissões sonoras das viaturas pesadas de recolha seletiva de resíduos)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| 04.1 | <b>Polluição atmosférica - Indiferenciada</b><br>(Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas pesadas de recolha indiferenciada de resíduos)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| 04.2 | <b>Polluição atmosférica - seletiva multimatéria</b><br>(Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva multimatéria de resíduos)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| 04.3 | <b>Polluição atmosférica - seletiva orgânicos</b><br>(Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva de resíduos orgânicos)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| 04.4 | <b>Polluição atmosférica - seletiva outros</b><br>(Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva de outros resíduos)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| P1   | <b>Produtividade do trabalhador no serviço de recolha de resíduos</b><br>(Rácio entre a quantidade anual de resíduos recolhidos seletivamente e o número de trabalhadores afetos à recolha seletiva)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| P2   | <b>Estrutura de pessoal administrativo</b><br>(Rácio entre a estrutura de pessoal administrativo face à estrutura de pessoal operacional)   | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |   | Nota 1                              |                                     |
| P3   | <b>Absentismo</b><br>(Taxa de absentismo dos colaboradores dos serviços de recolha seletiva de resíduos)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| E1   | <b>Orçamento de exploração</b><br>(Grau de execução do orçamento de exploração anual)   | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |   |                                     | <input checked="" type="checkbox"/> |
| E2   | <b>Plano de atividades</b><br>(Taxa de cumprimento do plano de atividades anual)  | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |   | Nota 1                              |                                     |
| E3   | <b>Gastos com pessoal</b><br>(Índice de gestão anual médio por trabalhador)   | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |   | Nota 1                              |                                     |
| E4   | <b>Gastos indiretos</b><br>(Rácio de gastos indiretos anuais relativamente aos gastos totais)   | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |   | Nota 1                              |                                     |
| E5   | <b>Gestão de fornecedores</b><br>(Cumprimento dos prazos de pagamento a fornecedores e restantes credores)  | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |   |                                     | <input checked="" type="checkbox"/> |
| E6   | <b>Eficiência na utilização da frota do serviço de recolha seletiva de resíduos</b><br>(Rentabilização anual das viaturas de recolha seletiva)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| E7.1 | <b>Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha indiferenciada de resíduos</b><br>(Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha indiferenciada por quantidade de resíduos recolhidos)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   |                                     | <input checked="" type="checkbox"/> |
| E7.2 | <b>Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos</b><br>(Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva multimatéria por quantidade de resíduos recolhidos)   | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| E7.3 | <b>Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos</b><br>(Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva de orgânicos por quantidade de resíduos recolhidos)   | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| E7.4 | <b>Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos</b><br>(Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva de outros resíduos por quantidade recolhida)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |
| E8   | <b>Rentabilização do Parque de Viaturas</b><br>(Rácio anual entre a quantidade de resíduos recolhidos indiferenciadamente e a capacidade instalada de viaturas de recolha de resíduos indiferenciados)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |
| E9   | <b>Grau de otimização dos circuitos de recolha</b><br>(Rácio anual entre o número de deposições e equipamentos de deposição de resíduos em realizar a sua recolha e o número total de deposições realizadas)  | <input checked="" type="checkbox"/> |                                     |   | Nota 1                              |                                     |

Nota 1 Não aplicável. Este indicador foi definido tendo como referência um período anual. Os níveis de classificação definidos não se adequam a um período de referência mais curto como verificado no ano de 2017 ou, uma eventual leitura dos resultados dos mesmos, não traduziria a realidade verificada dado o momento de transição verificado em 2017





## 2.6. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CONSTANTES DO ARTIGO 62º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, PARA O ANO DE 2017

Aplicando os indicadores constantes da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é possível concluir que a **PORTOAMBIENTE** não cumpre com os critérios de dissolução:

Valores expressos em euros ou percentagem

| Indicador  | 2017       | 2016 | 2015 | STATUS |
|--|------------|------|------|--------|
| Artigo 25º CSC<br>(Total de Capital próprio / Capital social) > 50%  | 124%       | N/a  | N/a  | ☑      |
| Garantir que nos últimos 3 anos o Volume de negócios cobre pelo menos 50% dos Gastos totais, em cada período<br>((Vendas + Prest. Serv.) / (Gastos Totais - Provisões - Imporçdades - Depreciações)) < 50% | 76%        | N/a  | N/a  | ☑      |
| Garantir que nos últimos 3 anos o peso contributivo do subsídio é < 50% das receitas<br>(Subsídios à Exploração / Receitas totais) > 50%   | 26%        | N/a  | N/a  | ☑      |
| Garantir que nos últimos 3 anos o EBITDA é ≥ 0<br>(EBITDA ≥ 0)   | 190 991,88 | N/a  | N/a  | ☑      |
| Garantir que nos últimos 3 anos o RLP é ≥ 0<br>(Resultado do período ≥ 0)  | 113 469,03 | N/a  | N/a  | ☑      |

## 2.7. ENDIVIDAMENTO

Nos termos do artigo 41º, n.º 1 da Lei 50/2012 de 31 de agosto, “os empréstimos contraídos pelas empresas locais, bem como o endividamento líquido das mesmas relevam para os limites das entidades públicas participantes, em caso de incumprimento das regras previstas no artigo anterior” (artigo 40º equilíbrio das contas).

No decurso do período de 2017, não se verificou o recurso a qualquer forma de endividamento externo, corrente ou não corrente, tendo a empresa gerido as suas necessidades com recurso a capitais próprios e/ou fundo de maneiio.

## 2.8. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de fatores de riscos. A **PORTOAMBIENTE** esta sensível quanto à identificação, definição e implementação de políticas de gestão e cobertura eficaz dos riscos que está exposta, nomeadamente risco de crédito e risco de liquidez. Esta monitorização de riscos é também partilhada e realizada em gestão comum e coordenada pelo Município do Porto (grupo de inserção).

O risco de crédito, ainda que reduzido, está presente na faturação a entidades individuais ao nível de (i) transporte de Resíduos de Construção e Demolição e outros similares, assim como (ii) na cobrança de tarifa regulada, efetuada aos clientes finais por intermédio das Águas do Porto. A monitorização deste risco é efetuada pelo Departamento Financeiro, nomeadamente pelo controlo de crédito, e no caso da tarifa, limitada ao período de crédito das Águas do Porto.

O risco de liquidez, está presente na medida em que as fontes de financiamento da Empresa são limitadas e com reduzido nível de elasticidade por parte da **PORTOAMBIENTE**. A monitorização e gestão deste risco por parte da Empresa resulta de um adequado nível de planeamento, quer ao nível da



negociação contratual com fornecedores, quer ao nível da contratualização das “fontes de financiamento”, isto é, Contratos programa com o Município e contrato com as Águas do Porto.

## 2.9. PERSPETIVAS FUTURAS

Em respeito com o plano de investimento e compromissos contratuais assumidos, não existindo à data indícios que comprometem a continuidade, a **PORTOAMBIENTE** espera em 2018:

- (a) Aumentar os níveis de satisfação e de qualidade dos serviços prestados;
- (b) O aumento dos níveis de emprego de recursos humanos nas Atividades de Recolha de resíduos urbanos indiferenciada, seletiva e Gastos comuns;
- (c) Procurar aumentar os níveis de serviço, produtividade, eficiência e qualidade dos processos, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida no Município do Porto e redução do custo imputado ao consumidor.

Tendo por base este enquadramento e as políticas de gestão do risco implementado não temos conhecimentos de quaisquer eventos relevantes que coloquem em causa o pressuposto de continuidade das operações.

## 2.10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O exercício de 2017 saldou-se com um resultado líquido positivo no montante 113 469,03 Euro (cento e treze mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e três cêntimos), propondo a Administração que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais, no montante de 5 673,45 Euro (cinco mil seiscentos e setenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos);
- Resultados transitados, no montante de 107 795,58 (cento e sete mil, setecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos);

## 2.11. EVENTOS POSTERIORES

Manteve-se a atividade, em linha com o estimado, não sendo conhecidos eventos que alterem a apresentação de contas ilustrada neste documento e respetivas peças e anexos.

## 2.12. DIVULGAÇÕES OBRIGATÓRIAS

### 2.12.1. PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ACIONISTAS:

Nos termos do n.º 4 do art.º 448º do C.S.C. referem-se seguidamente os acionistas titulares de ações, no final do exercício, representativas de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:



valores expressos em euros

| Participações (e transações) qualificadas no capital da sociedade |                               | Câmara Municipal do Porto | Total      |
|---|-------------------------------|---------------------------|------------|
| Acções detidas no começo do período                               | Número de acções              | -                         | -          |
|   | Valor nominal unitário        | -                         | -          |
|   | Valor nominal total           | -                         | -          |
|   | Percentagem do capital social | -                         | -          |
| Acções adquiridas no período                                      | Número de acções              | 465 566,00                | 465 566,00 |
|   | Valor nominal unitário        | 1,00                      | 1,00       |
|   | Valor nominal total           | 465 566,00                | 465 566,00 |
| Acções alienadas no período                                       | Número de acções              | -                         | -          |
|   | Valor nominal unitário        | -                         | -          |
|   | Valor nominal total           | -                         | -          |
| Acções detidas no fim do período                                  | Número de acções              | 465 566,00                | 465 566,00 |
|   | Valor nominal unitário        | 1,00                      | 1,00       |
|   | Valor nominal total           | 465 566,00                | 465 566,00 |
|   | Percentagem do capital social | 100,00%                   | 100,00%    |

#### 2.12.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE:

A sociedade não tem sucursais.

#### 2.12.3. EXISTÊNCIA DE NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES:

Não se verificou, houve em 2017, qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores.

#### 2.12.4. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS:

Durante o exercício de 2017, não se verificou qualquer aquisição ou alienação de ações próprias.

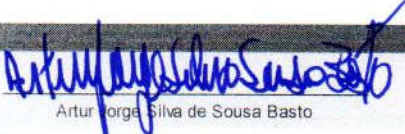

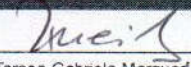
#### 2.12.5. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL:

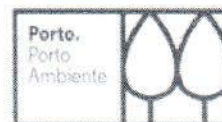
Em observação do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos ou à Segurança Social.

Porto, 21 de fevereiro de 2018

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

O Conselho de Administração

|   |  |  |
|---|--|--|
| <br>Artur Jorge Silva de Sousa Basto | <br>Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção | <br>Teresa Gabriela Marques Leite |
|---|--|--|

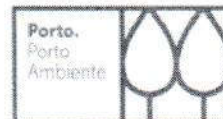


*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017]



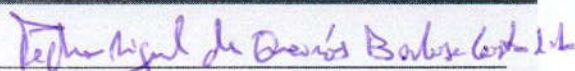


### 3. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

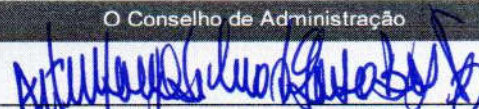
Valores expressos em euros

| RUBRICAS                                     | Notas        | Datas               |
|--|--------------|---------------------|
|  |              | 31.12.2017          |
| <b>Ativo</b>                                 |              |                     |
| <b>Ativo não corrente</b>                    |              |                     |
| Ativos fixos tangíveis                       | 7 ; 9        | 231 573,38          |
| Ativos intangíveis                           | 6 ; 9        | 88 792,17           |
| Outros investimentos financeiros             |              | 372,10              |
|  |              | <b>320 737,65</b>   |
| <b>Ativo corrente</b>                        |              |                     |
| Clientes                                     | 5 ; 9 ; 16.2 | 2 881 126,34        |
| Outros créditos a receber                    | 9 ; 16.2     | 130 609,80          |
| Diferimentos                                 |              | 13 909,40           |
| Caixa e depósitos bancários                  | 4            | 2 685 017,03        |
|  |              | <b>5 710 662,57</b> |
| <b>Total do Ativo</b>                        |              | <b>6 031 400,22</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>             |              |                     |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO</b>                       |              |                     |
| Capital subscrito                            | 15           | 465 566,00          |
| Resultado líquido do período                 |              | 113 469,03          |
| <b>Total do Capital Próprio</b>              |              | <b>579 035,03</b>   |
| <b>PASSIVO</b>                               |              |                     |
| <b>Passivo corrente</b>                      |              |                     |
| Fornecedores                                 | 16.2         | 5 168 329,92        |
| Estado e outros entes públicos               | 16.4         | 65 093,53           |
| Outras dívidas a pagar                       | 16.2         | 218 941,74          |
|  |              | <b>5 452 365,19</b> |
| <b>Total do Passivo</b>                      |              | <b>5 452 365,19</b> |
| <b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b> |              | <b>6 031 400,22</b> |

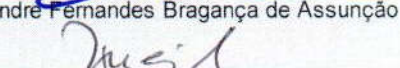
Contabilista Certificado

  
 Pedro Miguel de Queiros Barbosa Costa e Silva

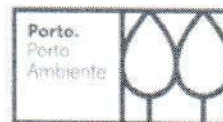
O Conselho de Administração

  
 Artur Jorge Silva de Sousa Basto

  
 Luis André Fernandes Bragança de Assunção

  
 Teresa Gabriela Marques Leite



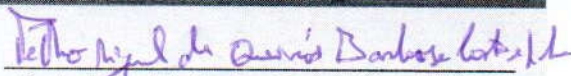


#### 4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

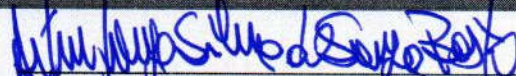
Valores expressos em euros

| RENDIMENTOS E GASTOS  | NOTAS | Períodos                   |
|---|-------|----------------------------|
|   |       | 2017                       |
| Vendas e serviços prestados   | +     | 5 ; 11 ; 16.1 4 342 651,58 |
| Subsídios à exploração  | +     | 5 ; 11 ; 16.1 1 555 030,01 |
| Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | +/-   | -                          |
| Variação nos inventários da produção  | +/-   | -                          |
| Trabalhos para a própria entidade   | +     | -                          |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas                            | -     | 10.3 ; 16.1 (9 391,19)     |
| Fornecimentos e serviços externos   | -     | 8 ; 16.1 (5 343 033,09)    |
| Gastos pessoal  | -     | 16.1 ; 16.3 (347 727,89)   |
| Imparidades de inventários (perdas/reversões)                                   | -/+   | -                          |
| Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)                             | -/+   | -                          |
| Provisões (aumentos/reduções)   | -/+   | -                          |
| Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)    | -/+   | -                          |
| Aumentos/Reduções de justo valor  | +/-   | -                          |
| Outros rendimentos  | +     | 16.1 34,12                 |
| Outros gastos   | -     | 16.1 (581,66)              |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>      | =     | 196 981,88                 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                                | -/+   | 6 ; 7 ; 16.1 (51 021,26)   |
| Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)        | -/+   | -                          |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>      | =     | 145 960,62                 |
| Juros e rendimentos similares obtidos   | +     | -                          |
| Juros e gastos similares suportados   | -     | -                          |
| <b>Resultado antes de impostos</b>  | =     | 145 960,62                 |
| Imposto sobre rendimento do período   | -/+   | 14 ; 16 (32 491,59)        |
| <b>Resultado líquido do período</b>   | =     | 113 469,03                 |
| <b>Resultado por ação básico</b>  |       | 0,24                       |

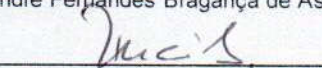
Contabilista Certificado

  
 Pedro Miguel de Queiros Barbosa Costa e Silva

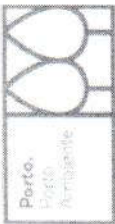
O Conselho de Administração

  
 Artur Jorge Silva de Sousa Basto

  
 Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção

  
 Teresa Gabriela Marques Leite





**5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Valores expressos em Euros

| DESCRIÇÃO     | NOTAS | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe: |                 |                 |                         |   |                              | Total      | Interesses minoritários | Total do Capital Próprio |
|---------------|-------|---|-----------------|-----------------|-------------------------|---|------------------------------|------------|-------------------------|--------------------------|
|               |       | Capital realizado   | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transferidos | Ajustamentos/Outras variações capitais próprios | Resultado líquido do período |            |                         |                          |
| 6             | 15    |   |                 |                 |                         |   |                              |            |                         |                          |
| 7             |       |   |                 |                 |                         |   |                              |            |                         |                          |
| 8             |       |   |                 |                 |                         |   |                              |            |                         |                          |
| 9=7+8         |       |   |                 |                 |                         |   | 113 469,03                   | 113 469,03 |                         | 113 469,03               |
| 10            |       | 465 566,00  |                 |                 |                         |   |                              |            |                         | 465 566,00               |
| 11=6+7+8+9+10 | 15    | 465 566,00  |                 |                 |                         |   | 113 469,03                   | 579 035,03 |                         | 579 035,03               |

Contabilista Certificado

*Pedro Miguel de Queiros Barbosa Costa e Silva*  
 Pedro Miguel de Queiros Barbosa Costa e Silva

O Conselho de Administração

*Artur Jorge Silva de Sousa Basto*  
 Artur Jorge Silva de Sousa Basto

*Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção*  
 Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção

*Teresa Gabriela Marques Leite*  
 Teresa Gabriela Marques Leite



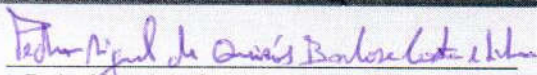


6. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

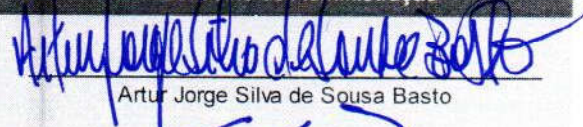
Valores expressos em Euros

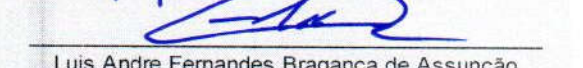
| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA                                   |                    | NOTAS  | EXERCÍCIOS<br>2017  |
|--|--------------------|--------|---------------------|
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>                |                    |        |                     |
| Recebimentos de clientes   |                    | +      | 1 427 840,94        |
| Pagamentos a fornecedores  |                    | -      | (102 834,21)        |
| Pagamentos ao pessoal  |                    | -      | (163 026,95)        |
| <b>Fluxo gerado pelas operações</b>                                |                    |        | <b>1 161 979,78</b> |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento                |                    | +,-    | -                   |
| Outros recebimentos/pagamentos                                     |                    | +,-    | 1 346 920,12        |
| <b>Fluxos das atividades operacionais</b>                          | <b>(1)</b>         |        | <b>2 508 899,90</b> |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>             |                    |        |                     |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                               |                    |        |                     |
| Outros Ativos  |                    | +      | -                   |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                  |                    |        |                     |
| Ativos fixos tangíveis   |                    | -      | (23 882,87)         |
| Outros Ativos  |                    | -      | -                   |
| <b>Fluxos das atividades de investimento</b>                       | <b>(2)</b>         |        | <b>(23 882,87)</b>  |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>            |                    |        |                     |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                               |                    |        |                     |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio |                    | +      | 200 000,00          |
| Outras operações de financiamento                                  |                    | +      | -                   |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                  |                    |        |                     |
| Outras operações de financiamento                                  |                    | -      | -                   |
| <b>Fluxos das atividades de financiamento</b>                      | <b>(3)</b>         |        | <b>200 000,00</b>   |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>                       | <b>(1)+(2)+(3)</b> |        | <b>2 685 017,03</b> |
| Efeito das diferenças de câmbio                                    |                    |        | -                   |
| Caixa e seus equivalentes no início do período                     |                    | Nota 4 | -                   |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período                        |                    | Nota 4 | 2 685 017,03        |

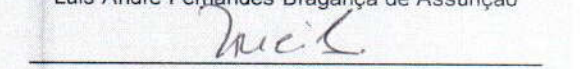
Contabilista Certificado

  
 Pedro Miguel de Queiros Barbosa Costa e Silva

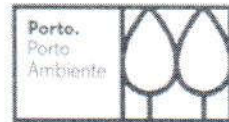
O Conselho de Administração

  
 Artur Jorge Silva de Sousa Basto

  
 Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção

  
 Teresa Gabriela Marques Leite





*(Handwritten marks)*  
A  
B  
Obs.  
4

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017]



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 7. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

### NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (doravante também designada por **PORTOAMBIENTE**), foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de 465 566 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis, os quais foram substancialmente transferidos para a Empresa no momento da passagem da *Operação*.

A **PORTOAMBIENTE** é 100% detida pela Câmara Municipal do Porto, e tem sede na Praça General Humberto Delgado, no Porto.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto as seguintes competências:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o PAPERSU, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no PERSU 2020;
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a LIPOR o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

A receita foi e será materialmente realizada mediante as seguintes fontes:

- a) Receitas próprias, pela tarifa de gestão de resíduos urbanos;
- b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários;
- c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público.

### NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Referencial contabilístico





As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

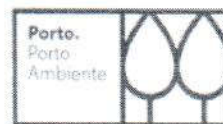
- a) Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, quanto ao artigo 2.º, artigo 4.º, artigos 6.º, 7.º e 8.º, artigo 9.º, artigo 10.º, artigo 11.º e artigo 12.º;
- b) Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras) com alterações pela Portaria n.º 220/2015;
- c) Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual) alterações introduzidas pelo aviso 8254/2015;
- d) Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) alterações introduzidas pelo aviso n.º 8256/2015;
- e) Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas) com alterações introduzidas pela Portaria n.º 218/2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstas na Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

## 2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido interrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras



Handwritten marks in blue ink, including a signature and some scribbles.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram interrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

### NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

##### 3.1.1. Ativos intangíveis

A rubrica dos Ativos intangíveis compreende essencialmente a aquisição da plataforma ERP “PRIMAVERA” no ano de 2017, e encontra-se registada ao custo de aquisição deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

##### 3.1.2. Ativos fixos tangíveis

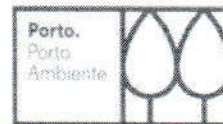
Os Ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

| Descrição                      | Anos   |
|--------------------------------|--------|
| Edifícios e outras construções | -      |
| Equipamento básico             | 2 - 12 |
| Equipamento de transporte      | 2 - 9  |
| Equipamento administrativo     | 3 - 7  |
| Outros activos fixos tangíveis | 3 - 7  |

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.





Os Ativos fixos tangíveis em curso, a verificarem-se, representam ativos ainda em fase de construção e ou desenvolvimento adicional, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

### 3.1.3. Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indicio de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

### 3.1.4. Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.



Nas locações consideradas como operacionais (aplicáveis à **PORTOAMBIENTE**), os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

### 3.1.5. Inventários

**Matérias subsidiárias e de consumo:** encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o "Custo médio ponderado" como fórmula de custeio). Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

### 3.1.6. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

### 3.1.7. Instrumentos financeiros

#### a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.





Handwritten signatures and initials in purple and blue ink, including a large signature at the top and initials 'CWS' and 'M' below.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Estas perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Por articulação e homogeneização com o Grupo de inserção (Município do Porto), os critérios considerados na política de perdas por imparidade de dívidas a receber são os seguintes:

- a) Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:
  - O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa e proteção de credores ou processo de execução, falência ou insolvência;
  - As dívidas tenham sido reclamadas judicialmente;
  - As dívidas estejam em mora há mais de seis meses desde a data do respetivo vencimento e existam provas de terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento.
- b) Perda por imparidade a 50% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de seis meses e menos de doze meses;
- c) Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de doze meses.

#### b) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

#### c) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros (que não vencem juros) são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando





cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### **d) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

#### **e) Caixa e depósitos bancários**

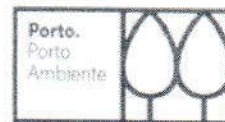
Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

#### **3.1.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um





ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

### 3.1.9. Matérias ambientais

As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

As matérias ambientais têm merecido a melhor atenção e o cuidado máximo pela administração. Não existem passivos de carácter ambiental que estejam incluídos nas demonstrações financeiras, assim como não são conhecidos passivos contingentes associados.

### 3.1.10. Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

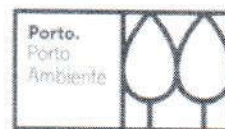
### 3.1.11. Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Neste âmbito, deverão ser igualmente considerados os montantes relativos aos subsídios à exploração decorrentes da aplicação dos contratos programa:

- a) Atividade Regulada (Gestão de Resíduos Urbanos): subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final;





- b) Atividade não Regulada (Limpeza de Espaço Público): transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do Espaço Público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fíavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fíavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

### 3.1.12. Imposto sobre o rendimento do período

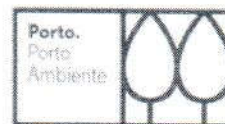
Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2011, quatro anos relativamente aos períodos de 2012 e 2013 e doze anos para os períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida da derrama municipal, a qual é fixada por município entre 0% e 1,5%. No que diz respeito à derrama estadual a mesma pode variar entre 3% e 7% - (i) a taxa de 3% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros, (ii) a taxa de 5% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 7 500 000 Euros e 35 000 000 Euros e (iii) a taxa de 7% será aplicada a entidades que obtenham lucro tributável superior a 35 000 000 Euros.





*Handwritten notes in blue ink:*  
A  
C  
L  
L

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como aqueles, resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

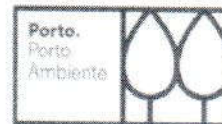
Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

### **3.1.13. Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno e em sistema de rotatividade, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social ou outros subsistemas de acordo com a incidência contributiva





*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

#### **3.1.14. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **a) Resultados por ação**

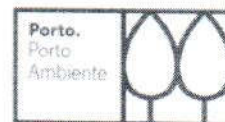
Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

#### **b) Fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente,





aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

### **3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período incluem:

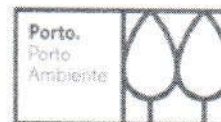
- Avaliação e registo (se aplicável) de provisões e perdas por imparidade;
- Avaliação e registo (se aplicável) de eventuais acréscimos de gastos e/ou rendimentos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

### **3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

**4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso**

A 31 de Dezembro de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

**4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

A 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

| Meios financeiros líquidos constantes do balanço | 31.12.2017                    |                                 |                     |
|--|-------------------------------|---------------------------------|---------------------|
|  | Quantias disponíveis para uso | Quantias indisponíveis para uso | Totais              |
| Numerário  | 903,56                        | -                               | 903,56              |
| Depósitos à ordem                                | 2 684 113,47                  | -                               | 2 684 113,47        |
| Outros depósitos bancários                       | -                             | -                               | -                   |
| <b>Totais</b>                                    | <b>2 685 017,03</b>           | <b>-</b>                        | <b>2 685 017,03</b> |

**NOTA 5 – PARTES RELACIONADAS**

**5.1 Relacionamentos com a empresa-mãe**

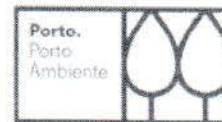
a) Nome da empresa-mãe imediata: **Câmara Municipal do Porto**

**5.2 Transações com Partes relacionadas**

(valores expressos em euros)

| Transações com as partes relacionadas |   | 2017                           |                        |  |
|---------------------------------------|---|--------------------------------|------------------------|--|
|                                       |   | Vendas e Prestação de serviços | Subsídios à exploração | Gastos e Fornecimentos e serviços externos |
| Empresa Mãe                           | Câmara Municipal do Porto   | -                              | 1 555 030              | (2 481 622)                                |
| Outras partes relacionadas            | CMPEA - Empresa de Aguas do Municipio do Porto EM                         | 4 308 611                      | -                      | (130 220)                                  |
|                                       | Empresa de Desporto e Lazer do Municipio do Porto EM                      | -                              | -                      | -  |
|                                       | Gestão de Obras Públicas, EM  | -                              | -                      | -  |
|                                       | LIPOR - Empresa de Gestão, tratamento e valorização de resíduos orgânicos | -                              | -                      | (1 728 239)                                |
|                                       | Domus Social EM   | -                              | -                      | -  |
| <b>Totais</b>                         |   | <b>4 308 611</b>               | <b>1 555 030</b>       | <b>(4 340 080)</b>                         |





*Handwritten initials and marks in blue ink.*

Para uma completa leitura do quadro anterior, sublinhamos que:

- a) O montante das Vendas e Prestações de serviços respeita, essencialmente, às tarifas de resíduos que são imputadas aos consumidores na fatura da Água, e como tal faturados pela PortoAmbiente à CMPEA;
- b) O montante dos subsídios à exploração respeita à execução dos contratos programa para 2017:
  - Atividade regulada, no montante de 4 876,15 euro; e
  - Atividade não regulada, no montante de 1 550 153,86 euro.
- c) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Câmara Municipal do Porto respeita, essencialmente, ao valor da refaturação dos subcontratos das concessões, em virtude da formal cessão de posição contratual dos anteriores contratos apenas ter ocorrido em finais de novembro;
- d) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Lipor respeita aos montantes relativos ao tratamento de resíduos.

*Handwritten initials 'CM' and a blue arrow pointing to item b).*

### 5.3 Saldos pendentes com Partes relacionadas

valores expressos em euros

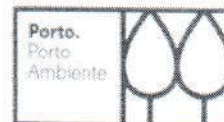
| Quadro dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas |   | 2017                           |                         |                       |                    |                                    |                                       |   |
|--|---|--------------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|------------------------------------|---------------------------------------|---|
|  |   | Saldos pendentes em 31.12.2017 |                         |                       |                    | Perdas por imparidade relacionadas |                                       |   |
|  |   | Ativo                          |                         | Passivo               |                    | Reforços ou reversões no período   | Quantias acumuladas no fim do período | Gastos de incobráveis reconhecidos no período |
|  |   | Faturado                       | Acréscimo de rendimento | Faturado              | Acréscimo de gasto |                                    |                                       |   |
| Empresa Mãe  | Câmara Municipal do Porto   | -                              | 96 779,89               | (2 481 621,96)        |                    |                                    |                                       |   |
| Outras partes relacionadas   | CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto EM                         | 2 880 770,50                   |                         |                       |                    |                                    |                                       |   |
|  | Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto EM                      |                                |                         |                       |                    |                                    |                                       |   |
|  | Gestão de Obras Públicas, EM  |                                |                         |                       |                    |                                    |                                       |   |
|  | LIPOR - Empresa de Gestão, tratamento e valorização de resíduos orgânicos |                                |                         | (1 728 238,62)        |                    |                                    |                                       |   |
|  | Domus Social, EM  |                                |                         |                       |                    |                                    |                                       |   |
| <b>Totais</b>  |   | <b>2 880 770,50</b>            | <b>96 779,89</b>        | <b>(4 209 860,58)</b> |                    |                                    |                                       |   |

### NOTA 6 – ATIVOS INTANGÍVEIS

#### 6.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

- a) As amortizações do período, são calculadas tendo por base as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:





*Handwritten marks:*  
 A blue arrow pointing right.  
 A blue scribble.  
 The letters 'OCS' in blue.  
 A blue scribble.

| Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos activos intangíveis |                                  | Programas de computador |                   |
|---|----------------------------------|-------------------------|-------------------|
| Indefinidas   | Razões e factores preponderantes | N/a                     |                   |
| Finitas   | Vidas úteis*                     | De                      | 3 Anos            |
|   |                                  | A                       | 3 Anos            |
|   | Taxas de amortização**           |                         | 33,33%            |
|   | Métodos de amortização           |                         | Quotas constantes |

\* Vida útil representativa para a generalidade dos bens

\*\* Taxas médias de amortização, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

- b) Os activos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe e valor das amortizações incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados:

*valores expressos em euros*

| Activos intangíveis           |   | Programas de computador | Activos intangíveis em curso | Totais     |
|-------------------------------|---|-------------------------|------------------------------|------------|
| Em 31.12.2016<br>(01.01.2017) | Quantias brutas escrituradas                    | -                       | -                            | -          |
|                               | Amortizações e perdas por imparidade acumuladas | -                       | -                            | -          |
|                               | Quantias líquidas escrituradas                  | -                       | -                            | -          |
| Adições                       |   | 91 328,83               | -                            | 91 328,83  |
| Amortizações                  |   | (2 536,66)              | -                            | (2 536,66) |
| Em 31.12.2017                 | Quantias brutas escrituradas                    | 91 328,83               | -                            | 91 328,83  |
|                               | Amortizações e perdas por imparidade acumuladas | (2 536,66)              | -                            | (2 536,66) |
|                               | Quantias líquidas escrituradas                  | 88 792,17               | -                            | 88 792,17  |

## NOTA 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 7.1 Divulgações sobre Activos fixos tangíveis

| Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos Activos fixos tangíveis |    | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros Activos fixos tangíveis |
|---|----|--------------------|---------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| Vidas úteis*  | De | 2 Anos             | 2 Anos                    | 3 Anos                     | 3 Anos                         |
|   | A  | 12 Anos            | 9 Anos                    | 7 Anos                     | 7 Anos                         |
| Taxas de depreciação**  |    | 10,00%             | 25,00%                    | 10,00%                     | 25,00%                         |
| Métodos de depreciação  |    | Quotas constantes  | Quotas constantes         | Quotas constantes          | Quotas constantes              |

\* Vida útil representativa para a generalidade dos bens

\*\* Taxas médias de depreciação, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

- 7.2 Os Activos fixos tangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe e movimentos no exercício





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

*valores expressos em euros*

| Ativos fixos tangíveis                 |   | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros Ativos fixos tangíveis | Totais      |
|--|---|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|-------------|
| Em 31.12.2016<br>(01.01.2017)          | Quantias brutas escrituradas                    | -                  | -                         | -                          | -                             | -           |
|  | Depreciações e perdas por imparidade acumuladas | -                  | -                         | -                          | -                             | -           |
|  | Quantias líquidas escrituradas                  | -                  | -                         | -                          | -                             | -           |
| Adições                                |   | 20 121,57          | -                         | 3 761,60                   | -                             | 23 883,17   |
| Outras alterações (entrada em espécie) |   | 158 681,95         | 96 129,51                 | -                          | -                             | 256 174,81  |
| Depreciações - Exercício               |   | (24 481,74)        | (22 873,16)               | (881,09)                   | 1 363,35                      | (48 484,60) |
|  |   |                    |                           |                            | (248,61)                      | 280 057,98  |
| Em 31.12.2017                          | Quantias brutas escrituradas                    | 178 803,52         | 96 129,51                 | 3 761,60                   | 1 363,35                      | 280 057,98  |
|  | Depreciações e perdas por imparidade acumuladas | (24 481,74)        | (22 873,16)               | (881,09)                   | (248,61)                      | (48 484,60) |
|  | Quantias líquidas escrituradas                  | 154 321,78         | 73 256,35                 | 2 880,51                   | 1 114,74                      | 231 573,38  |

### 7.3 Valor das depreciações incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados

*valores expressos em euros*

| Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros Ativos |  | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros Ativos fixos tangíveis | Totais    |
|---|--|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|-----------|
| Período 2017  | Depreciações reconhecidas nos resultados           | 24 481,74          | 22 873,16                 | 881,09                     | 248,61                        | 48 484,60 |
|   | Depreciações que integram o custo de outros Ativos | -                  | -                         | -                          | -                             | -         |

## NOTA 8 – LOCAÇÕES

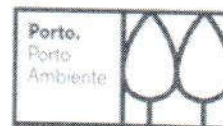
### 8.1 Locações operacionais – locatários

*valores expressos em euros*

| Futuros (pagamentos)/recebimentos mínimos das locações/sublocações operacionais não canceláveis | Locações operacionais em vigor |                           |                  |            |            | Futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis |                  |                |            |
|---|--------------------------------|---------------------------|------------------|------------|------------|--|------------------|----------------|------------|
|   | Entidade locadora              | Identificação do contrato | Prazo da locação |            |            | Até 1 ano  | Entre 1 e 5 anos | Mais de 5 anos | Totais     |
|   |                                |                           | Comença          | Fim        |            |  |                  |                |            |
| 31.12.2017  | VW Passat - 16-TI-96           | LeasePlan                 | 49247/1          | 28/07/2017 | 27/07/2022 | 6 368,16   | 22 819,24        | -              | 29 187,40  |
|   | VW Passat - 02-TI-78           | LeasePlan                 | 49247/1          | 24/07/2017 | 23/07/2022 | 6 368,16   | 22 819,24        | -              | 29 187,40  |
|   | Pesado - 62-OM-90              | SUMA                      | "2013"           | 30/05/2014 | 29/05/2019 | 23 616,00  | 9 713,03         | -              | 33 329,03  |
|   | Pesado - 17-OP-53              | SUMA                      | "2013"           | 11/06/2014 | 10/06/2019 | 36 162,00  | 16 072,00        | -              | 52 234,00  |
|   | Pesado - 54-OL-45              | SUMA                      | "2013"           | 30/05/2014 | 29/05/2019 | 40 959,00  | 16 846,04        | -              | 57 805,04  |
|   | Pesado - 64-OL-98              | SUMA                      | "2013"           | 30/05/2014 | 29/05/2019 | 40 959,00  | 16 846,04        | -              | 57 805,04  |
|   | Pesado - 46-JL-24              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 22 795,92  | -                | -              | 22 795,92  |
|   | Pesado - 46-JL-25              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 22 795,92  | -                | -              | 22 795,92  |
|   | Pesado - 46-JL-26              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 22 795,92  | -                | -              | 22 795,92  |
|   | Pesado - 46-JL-27              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 22 795,92  | -                | -              | 22 795,92  |
|   | Pesado - 46-JL-28              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 22 795,92  | -                | -              | 22 795,92  |
|   | Pesado - 46-JL-29              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 21 515,52  | -                | -              | 21 515,52  |
|   | Pesado - 46-JL-30              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 21 515,52  | -                | -              | 21 515,52  |
|   | Pesado - 36-JL-53              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 20 445,12  | -                | -              | 20 445,12  |
|   | Pesado - 36-JL-54              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 20 445,12  | -                | -              | 20 445,12  |
|   | Pesado - 36-JL-55              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 20 445,12  | -                | -              | 20 445,12  |
|   | Pesado - 68-JL-34              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 19 423,32  | -                | -              | 19 423,32  |
|   | Pesado - 04-IF-72              | SUMA                      | "Lote 1"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 19 423,32  | -                | -              | 19 423,32  |
|   | Pesado - 97-88-XX              | Tetracountur              | "Lote 3"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 22 878,00  | -                | -              | 22 878,00  |
|   | Pesado - 80-20-ZP              | Tetracountur              | "Lote 3"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 23 616,00  | -                | -              | 23 616,00  |
|   | Pesado - 20-PG-82              | Tetracountur              | "Lote 3"         | 01/01/2018 | 30/06/2018 | 19 188,00  | -                | -              | 19 188,00  |
| Totais  |                                |                           |                  |            |            | 477 306,96   | 105 115,99       | -              | 582 422,55 |

### 8.2 Locações operacionais – gastos reconhecidos





*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

valores expressos em euros

| Locações e sublocações operacionais e pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gastos | Locações operacionais em vigor |                           |                  |            | 2017                            |                          |                     |                   |
|--|--------------------------------|---------------------------|------------------|------------|---------------------------------|--------------------------|---------------------|-------------------|
|  | Entidade locadora              | Identificação do contrato | Prazo da locação |            | Pagamentos mínimos das locações | Pagamentos de sublocação | Rendas contingentes | Totais            |
|  |                                |                           | Começo           | Fim        |                                 |                          |                     |                   |
| VW Passat : 16-TI-96   | LeasePlan                      | 49247/1                   | 28/07/2017       | 27/07/2022 | 1 899,65                        | -                        | -                   | 1 899,65          |
| VW Passat : 02-TI-78   | LeasePlan                      | 49247/1                   | 24/07/2017       | 23/07/2022 | 1 577,05                        | -                        | -                   | 1 577,05          |
| Pesado: 62-OM-90   | SUMA                           | "2013"                    | 30/05/2014       | 29/05/2019 | 7 872,00                        | -                        | -                   | 7 872,00          |
| Pesado: 17-OP-53   | SUMA                           | "2013"                    | 11/06/2014       | 10/06/2019 | 12 054,00                       | -                        | -                   | 12 054,00         |
| Pesado: 54-OL-45   | SUMA                           | "2013"                    | 30/05/2014       | 29/05/2019 | 13 653,00                       | -                        | -                   | 13 653,00         |
| Pesado: 64-OL-98   | SUMA                           | "2013"                    | 30/05/2014       | 29/05/2019 | 13 653,00                       | -                        | -                   | 13 653,00         |
| Pesado: 46-JL-24   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 15 197,28                       | -                        | -                   | 15 197,28         |
| Pesado: 46-JL-25   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 15 197,28                       | -                        | -                   | 15 197,28         |
| Pesado: 46-JL-26   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 15 197,28                       | -                        | -                   | 15 197,28         |
| Pesado: 46-JL-27   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 15 197,28                       | -                        | -                   | 15 197,28         |
| Pesado: 46-JL-28   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 15 197,32                       | -                        | -                   | 15 197,32         |
| Pesado: 46-JL-29   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 14 343,68                       | -                        | -                   | 14 343,68         |
| Pesado: 46-JL-30   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 14 343,68                       | -                        | -                   | 14 343,68         |
| Pesado: 36-JL-53   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 13 630,08                       | -                        | -                   | 13 630,08         |
| Pesado: 36-JL-54   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 13 630,08                       | -                        | -                   | 13 630,08         |
| Pesado: 36-JL-55   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 13 630,08                       | -                        | -                   | 13 630,08         |
| Pesado: 68-JL-34   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 12 948,88                       | -                        | -                   | 12 948,88         |
| Pesado: 04-IF-72   | SUMA                           | "Lote 1"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 12 948,88                       | -                        | -                   | 12 948,88         |
| Pesado: 97-88-XX   | Tetracourtur                   | "Lote 3"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 15 252,00                       | -                        | -                   | 15 252,00         |
| Pesado: 80-20-ZP   | Tetracourtur                   | "Lote 3"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 15 744,00                       | -                        | -                   | 15 744,00         |
| Pesado: 20-PG-82   | Tetracourtur                   | "Lote 3"                  | 01/01/2018       | 30/06/2018 | 12 792,00                       | -                        | -                   | 12 792,00         |
| Outros   |                                |                           |                  |            | 4 225,22                        | -                        | -                   | 4 225,22          |
| <b>Totais</b>  |                                |                           |                  |            | <b>270 183,72</b>               | <b>-</b>                 | <b>-</b>            | <b>270 183,72</b> |

## NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

### 9.1 Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de Ativos sujeitos a perdas de imparidade

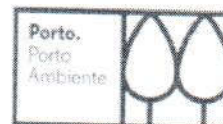
| Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de Ativos sujeitos a perdas de imparidade | 2017                |  |                                  |                     |
|--|---------------------|--|----------------------------------|---------------------|
|  | Quantias brutas     | Depreciações e amortizações acumuladas | Perdas por imparidade acumuladas | Quantias líquidas   |
| Ativos fixos tangíveis   | 280 057,98          | (48 484,60)                            | -                                | 231 573,38          |
| Ativos intangíveis   | 91 328,83           | (2 536,66)                             | -                                | 88 792,17           |
| Outros Ativos Financeiros  | 372,10              | -                                      | -                                | 372,10              |
| Clientes   | 2 881 126,34        | -                                      | -                                | 2 881 126,34        |
| Outros devedores   | 130 609,80          | -                                      | -                                | 130 609,80          |
| Outros Ativos  | 2 698 926,43        | -                                      | -                                | 2 698 926,43        |
| <b>Totais</b>  | <b>6 082 421,48</b> | <b>(51 021,26)</b>                     | <b>-</b>                         | <b>6 031 400,22</b> |

## NOTA 10 – INVENTÁRIOS

### 10.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-





obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio "custo médio ponderado", em que o inventário é valorizado pelo preço médio de compra ou de produção, podendo essa média ser móvel ou refletir as entradas de determinado período.

### 10.2 Quantia escriturada de inventários

*valores expressos em euros*

| Quantias escrituradas de inventários       | 31.12.2017      |                                  |                                  |
|--|-----------------|----------------------------------|----------------------------------|
|  | Quantias brutas | Perdas por imparidade acumuladas | Quantias (líquidas) escrituradas |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | -               | -                                | -                                |
| Totais                                     | -               | -                                | -                                |

### 10.3 Custo das Matérias consumidas

*valores expressos em euros*

| Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período       |  |                                  | 2016        |  |          |          |
|--|--|----------------------------------|-------------|--|----------|----------|
|  |  |                                  | Mercadorias | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | Totais   |          |
| Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | Compras  | Inventários no começo do período | +           | -  | -        |          |
|  |  | Compras                          | +           | -  | -        |          |
|  |  | Entradas em espécie              | +           | 9 391,19                                   | 9 391,19 |          |
|  | Reclassificações e ações e regularizações                | Devoluções de compras            | -           | -  | -        |          |
|  |  | Reclassificações                 | +/-         | -  | -        |          |
|  |  | Outras perdas                    | -           | -  | -        |          |
|  |  | Outros ganhos                    | +           | -  | -        |          |
|  | Inventários no fim do período                            |                                  | -           | -  | -        |          |
|  | Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas |                                  |             | =  | 9 391,19 | 9 391,19 |
|  | Perdas em inventários                                    |                                  |             | +  | -        | -        |
| Ofertas e amostras de inventários  |  |                                  | +           | -  | -        |          |
| Totais   |  |                                  | =           | 9 391,19                                   | 9 391,19 |          |

### 10.4 Quantias de inventários que se espera que sejam recuperadas (pelo consumo ou pela alienação) até, e após, doze meses





valores expressos em euros

| Quantias de inventários que se espera que sejam recuperadas (pelo consumo ou pela alienação) até, e após, doze meses | 31.12.2017   |   |                                  |
|--|--|---|----------------------------------|
|  | Quantias que se espera que sejam recuperadas a menos de 12 | Quantias que se espera que sejam recuperadas a mais de 12 meses | Quantias (líquidas) escrituradas |
| Mercadorias  | -  | -   | -                                |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo   | -  | -   | -                                |
| Totais   | -  | -   | -                                |

A rubrica de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo regista os inventários da Empresa, daquela natureza, aplicados das atividades de Recolha e Limpeza do Espaço Público. Com referência a 31 de dezembro de 2017, a empresa não dispunha de controlo sobre quaisquer montantes daquela natureza.

#### NOTA 11 – RÉDITO

A Empresa reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos Ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- Prestações de serviços - são reconhecidas numa base linear e em regime de acréscimo.
- Subsídios à exploração, decorrentes da aplicação dos contratos programa, são reconhecidos numa base linear e em regime de acréscimo.

#### 11.1 Quantias dos réditos reconhecidas no período





valores expressos em euros

| Quantias dos réditos reconhecidas no período       | 2017                            |   |  |
|--|---------------------------------|---|--|
|  | Réditos reconhecidos no período | Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período | Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior |
| <b>Prestação de serviços</b>                       | <b>4 342 651,58</b>             | <b>73,63%</b>   |  |
| Tarifa de Gestão de RU                             | 4 342 295,74                    | 73,63%  |  |
| Remoção de Resíduos (RCD)                          | 355,84                          | 0,01%   |  |
| <b>Subsídios à exploração - Contratos programa</b> | <b>1 555 030,01</b>             | <b>26,37%</b>   |  |
| Atividade Regulada                                 | 4 876,15                        | 0,08%   |  |
| Atividade Não Regulada                             | 1 550 153,86                    | 26,28%  |  |
| <b>Totais</b>                                      | <b>5 897 681,59</b>             | <b>100,00%</b>  |  |

## NOTA 12 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

### 12.1 Divulgações para cada classe de provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um *exfluxo* de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, não se verificaram quaisquer movimentos relativos a provisões, nem se identificam, à data de elaboração deste documento, fatores que justificassem a criação de quaisquer montantes relativos a provisões.

## NOTA 13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

### 13.1 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**NOTA 14 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

**14.1 Quantias dos principais componentes de gasto / (rendimento) de impostos**

*valores expressos em euros*

| Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos             |  |   |   | 2017                        |                                    |        |           |
|---|--|---|---|-----------------------------|------------------------------------|--------|-----------|
|   |  |   |   | Demonstração dos resultados | Outras rubricas do capital próprio | Totais |           |
| Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores |  |   |   | 1                           | -                                  | -      | -         |
| Imposto sobre o rendimento do   | Imposto corrente                                 |   |   | 2                           | 32 491,59                          | -      | 32 491,59 |
|   | Gastos/(rendimentos) por impostos diferidos      | De diferenças temporárias   |   |                             |                                    |        |           |
|   |  | Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior |   |                             |                                    |        |           |
|   |  | Usados para reduzir gastos de impostos correntes  |   |                             |                                    |        |           |
|   | Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos |   |   |                             |                                    |        |           |
| Imposto diferido  |  |   | 3 | -                           | -                                  | -      |           |
| Imposto sobre o rendimento do período   |  |   |   | 4=2+3                       | 32 491,59                          | -      | 32 491,59 |
| Totais  |  |   |   | 5=1+4                       | 32 491,59                          | -      | 32 491,59 |

**14.2 Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos / (rendimentos) de impostos**

*valores expressos em euros*

| Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos |                                  |               | Base                                     | Imposto     | 2017       |            |           |
|---|----------------------------------|---------------|--|-------------|------------|------------|-----------|
|   |                                  |               |  |             | Base       | Taxa       | Imposto   |
| Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de     | Resultado líquido do período     |               | 1  | -           | 113 469,03 | 21,00%     | 23 828,50 |
|   | Gastos/(rendimentos) de impostos |               | 2  | -           | 32 491,59  | -          | -         |
|   | Resultado antes de impostos      |               | 3=1+2                                    | 3           | 145 960,62 | 21,00%     | 30 651,73 |
| Ajustamentos para o lucro tributável  | Diferenças definitivas           | A acrescentar | 4  | 214,06      | 21,00%     | 44,95      |           |
|   |                                  | A deduzir     | 5  | (14 000,00) | 21,00%     | (2 940,00) |           |
|   | Diferenças temporárias           | A acrescentar | 6  | -           | 21,00%     | -          |           |
|   |                                  | A deduzir     | 7  | -           | 21,00%     | -          |           |
| Lucro/(Prejuízo fiscal)   |                                  |               | 8=3+4-5+6-7                              | 132 174,68  | 21,00%     | 27 756,68  |           |
| Dedução de perdas fiscais   |                                  |               | 9  | -           | 21,00%     | -          |           |
| Matéria colectável / colecta  |                                  |               | 10=8-9                                   | 132 174,68  | 21,00%     | 27 756,68  |           |
| Benefícios fiscais por dedução à colecta  |                                  |               | 11                                       | -           | -          | -          |           |
| Outras componentes do imposto   | Tributação autónoma              |               | 12                                       | 27 710,56   | 9,93%      | 2 752,29   |           |
|   | Derrama Municipal                |               | 12                                       | 132 174,68  | 1,50%      | 1 982,62   |           |
|   | Derrama Estadual                 |               | 12                                       | -           | 3,00%      | -          |           |
|   | Derrama Estadual                 |               | 12                                       | -           | 5,00%      | -          |           |
| Imposto corrente  |                                  |               | 3  | 13=10-11+12 | 22,26%     | 32 491,59  |           |
| Imposto diferido  |                                  |               | 14=Δ dos Ativos e dos passivos diferidos | -           | -          | -          |           |
| Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores                 |                                  |               | 15                                       | -           | -          | -          |           |
| Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média   |                                  |               | 3  | 16=13-14-15 | 22,26%     | 32 491,59  |           |

**14.3 Ativos e passivos por impostos diferidos**

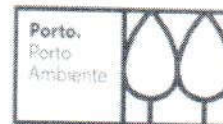
Com referência à data de 31 de dezembro de 2017, não se verificaram eventos suscetíveis de gerar impostos diferidos ativos e / ou passivos.

**NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**15.1 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal**

A 31 de dezembro de 2017, a Empresa detinha um capital social de 465 566 ações, ao valor nominal de 1 euro por ação, integralmente realizadas nessa data. As ações são nominativas, correspondendo cada uma delas a um voto.





O capital social da Empresa, a 31 de dezembro de 2017, discrimina-se como se segue:

| Categorias das ações emitidas | Quantidade de ações |            |        |                |  | Valor nominal das ações |            |        |                |  |   |   |
|-------------------------------|---------------------|------------|--------|----------------|--|-------------------------|------------|--------|----------------|--|---|---|
|                               | Ações emitidas      |            |        | Ações próprias | Ações devidas por subsidiárias ou associadas | Ações emitidas          |            |        | Ações próprias | Ações devidas por subsidiárias ou associadas |   |   |
|                               | Inteiramente pagas  | Não pagas  | Totais |                |  | Inteiramente pagas      | Não pagas  | Totais |                |  |   |   |
| 31.12.2017                    | Acções ordinárias   | 465 566,00 | -      | 465 566,00     | -  | -                       | 465 566,00 | -      | -              | 465 566,00                                   | - | - |
|                               | Totais              | 465 566,00 | -      | 465 566,00     | -  | -                       | 465 566,00 | -      | -              | 465 566,00                                   | - | - |

## 15.2 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no começo e no fim do período

A variação no número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2017 discrimina-se no quadro seguinte:

| Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no começo e no fim do período | 2017                |            |                         |            |
|---|---------------------|------------|-------------------------|------------|
|   | Quantidade de ações |            | Valor nominal das ações |            |
|   | Acções ordinárias   | Totais     | Acções ordinárias       | Totais     |
| Acções em circulação no começo do período   | -                   | -          | -                       | -          |
| Acções emitidas   | 465 566,00          | 465 566,00 | 465 566,00              | 465 566,00 |
| Acções em circulação no fim do período  | 465 566,00          | 465 566,00 | 465 566,00              | 465 566,00 |

A PORTOAMBIENTE foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de 465 566,00 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000€ em capital e 265 566€ realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis, os quais foram substancialmente transferidos para a Empresa no momento da passagem da Operação.

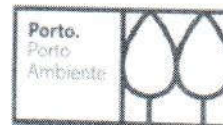
## NOTA 16 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

### 16.1 Demonstração dos resultados por atividade

Conforme preconizado no Estudo de Viabilidade Económico-Financeira que fundamentou a criação da EMAP, temos que a atividade da Empresa é essencialmente financiada pelas seguintes 3 fontes de rendimento:

- Tarifa de resíduos urbanos, faturada pela entidade relacionada CMPEA, e que é imputada ao consumidor final na fatura da água;





- b) Subsídios à exploração – Gestão de RU: subsídios concedidos pela CMP que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final; e
- c) Receitas provenientes da CMP – Limpeza de espaço público: transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário.

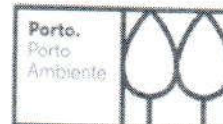
No contexto, as demonstrações dos resultados por atividade seguidamente ilustradas traduzem os referidos racionais, tendo sido apuradas com base na imputação integral de todos os gastos diretos e indiretos.

*Valores expressos em euros*

| RENDIMENTOS E GASTOS   | NOTAS            | Período 2017          |                        |
|--|------------------|-----------------------|------------------------|
|  |                  | Atividade Regulada    | Atividade Não Regulada |
| Vendas e serviços prestados  | + 5; 11; 16.1    | 4 342 295,74          | 355,84                 |
| Subsídios à exploração   | + 5; 11; 16.1    | 4 876,15              | 1 550 153,86           |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas                       | - 10.3; 16.1     | (9 391,19)            | -                      |
| <b>Fornecimentos e serviços externos</b>                                   | <b>- 8; 16.1</b> | <b>(3 816 193,18)</b> | <b>(1 526 839,91)</b>  |
| Subcontratos   | -                | (3 343 666,50)        | (1 509 173,31)         |
| Serviços especializados  | -                | (180 474,45)          | (2 644,99)             |
| Materiais  | -                | (10 129,61)           | (533,14)               |
| Energia e fluidos  | -                | (1 842,24)            | (96,96)                |
| Deslocações, estadas e transportes   | -                | (1 637,27)            | (86,17)                |
| Rendas e alugueres   | -                | (257 006,62)          | (13 177,10)            |
| Despesas de representação  | -                | (13 358,05)           | (703,06)               |
| Outros serviços  | -                | (8 078,45)            | (425,18)               |
| Gastos com pessoal   | - 16.1; 16.3     | (327 172,35)          | (20 555,54)            |
| Outros rendimentos   | + 16.1           | 32,41                 | 1,71                   |
| Outros gastos  | - 16.1           | (552,58)              | (29,08)                |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> | =                | <b>193 895,00</b>     | <b>3 086,88</b>        |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                           | -/+ 6; 7; 16.1   | (48 470,20)           | (2 551,06)             |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   | =                | <b>145 424,80</b>     | <b>535,82</b>          |
| Imposto sobre rendimento do período  | -/+ 14; 16       | (31 955,78)           | (535,81)               |
| <b>Resultado líquido do período</b>  | =                | <b>113 469,02</b>     | <b>0,01</b>            |

## 16.2 Maturidade das contas a receber e a pagar





*Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'AB' and 'G'.*

valores expressos em euros

| Maturidade das contas a receber e a pagar                                 | 31.12.2017            |                       |                   |                       |
|---|-----------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|
|   | Até 30 dias           | de 30 a 90 dias       | mais de 90 dias   | Total                 |
| <b>Créditos a receber</b>   |                       |                       |                   |                       |
| <u>Cientes</u>  |                       |                       |                   |                       |
| CMPEA - Empresa de Aguas do Municipio do Porto EM                         | 1 032 189,69          | 1 731 022,55          | 117 914,10        | 2 881 126,34          |
| Outros  | 1 031 833,85          | 1 731 022,55          | 117 914,10        | 2 880 770,50          |
| Outros créditos a receber   | 355,84                | -                     | -                 | 355,84                |
| Acréscimos de rendimentos   | 130 609,80            | -                     | -                 | 130 609,80            |
| Outros  | 130 463,99            | -                     | -                 | 130 463,99            |
| Outros  | 145,81                | -                     | -                 | 145,81                |
| <b>Total Créditos a receber</b>   | <b>1 162 799,49</b>   | <b>1 731 022,55</b>   | <b>117 914,10</b> | <b>3 011 736,14</b>   |
| <b>Dívidas a pagar</b>  |                       |                       |                   |                       |
| <u>Fornecedores</u>   |                       |                       |                   |                       |
| Camara Municipal do Porto   | (3 866 329,59)        | (1 300 612,75)        | (1 387,58)        | (5 168 329,92)        |
| LIPOR - Empresa de Gestão, tratamento e valorização de resíduos orgânicos | (2 479 583,38)        | (651,00)              | (1 387,58)        | (2 481 621,96)        |
| Outros  | (428 276,87)          | (1 299 961,75)        | -                 | (1 728 238,62)        |
| Outras Dívidas a pagar  | (958 469,34)          | -                     | -                 | (958 469,34)          |
| Acréscimos de gastos  | (218 941,74)          | -                     | -                 | (218 941,74)          |
| Outros  | (218 162,33)          | -                     | -                 | (218 162,33)          |
| Outros  | (779,41)              | -                     | -                 | (779,41)              |
| <b>Total Dívidas a pagar</b>  | <b>(4 085 271,33)</b> | <b>(1 300 612,75)</b> | <b>(1 387,58)</b> | <b>(5 387 271,66)</b> |

### 16.3 Gastos com pessoal

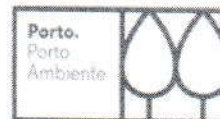
Dado o início de atividade da Empresa, o ano de 2017 verificou-se um ano naturalmente atípico na interpretação de quaisquer indicadores, nomeadamente no caso dos Gastos com o pessoal. O número de colaboradores manteve-se reduzido ao longo do período, tendo grande parte das contratações sido verificada em dezembro de 2017 (prolongando-se até janeiro de 2018), fator que justifica o reduzido número médio de colaboradores, como se ilustra nos quadros seguintes:

#### 16.3.1 Número de colaboradores por categoria profissional

| #  | Categoria profissional                            | 2017      |
|----|---|-----------|
| 1  | Administrador executivo                           | 2         |
| 2  | Coordenador de Compras e Aprovisionamento         | 1         |
| 3  | Diretor de Recursos Humanos e Gestão da Qualidade | 1         |
| 4  | Técnicos superiores na área do ambiente           | 4         |
| 5  | Técnicos superiores na área dos Recursos Humanos  | 1         |
| 6  | Assessor Jurídico da Administração                | 1         |
| 7  | Secretária do Conselho de Administração           | 1         |
| 8  | Técnico Superior de Informática                   | 1         |
| 9  | Encarregados Operacionais                         | 7         |
| 10 | Motoristas  | 10        |
| 11 | Cantoneiros                                       | 23        |
|    | <b>Total</b>                                      | <b>52</b> |

#### 16.3.2 Número médio de colaboradores e encargo médio por colaborador





Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature and the number '4'.

| Recursos humanos                                  | 2017       |
|---|------------|
| Número de trabalhadores no final do período       | 52         |
| Número médio de trabalhadores ao longo do período | 10         |
| Gastos com o pessoal                              | 347 727,89 |
| Gasto médio, mensal, por colaborador              | 2 404,42   |

### 16.3.3 Gastos com o pessoal

*valores expressos em euros*

| Gastos com pessoal                  | 2017              |                                    |   |
|-------------------------------------|-------------------|------------------------------------|---|
|                                     | Gastos do período | Proporção face ao total dos gastos | Varição percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior |
| Remunerações do pessoal             | 277 830,78        | 79,90%                             | 100,00%   |
| Encargos sobre remunerações         | 66 871,04         | 19,23%                             | 100,00%   |
| Seguros acid. trab. e doenças prof. | 1 176,95          | 0,34%                              | 100,00%   |
| Outros custos com o pessoal         | 1 849,12          | 0,53%                              | 100,00%   |
| <b>Totais</b>                       | <b>347 727,89</b> | <b>100,00%</b>                     | <b>100,00%</b>  |

### 16.4 Estado e outros entes públicos

*valores expressos em euros*

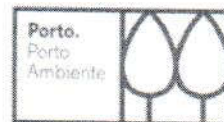
| Estado e Outros entes públicos                      | 31.12.2017  |
|---|-------------|
| Ativo   |             |
| Total Ativo   | -           |
| Passivo   |             |
| Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)  | (32 491,59) |
| Imposto sobre o rendimento pessoas singulares (IRS) | (9 629,00)  |
| Contribuições para a segurança social (SS)          | (7 841,84)  |
| Caixa Geral de Aposentações (CGA)                   | (15 131,10) |
| Total Passivo                                       | (65 093,53) |

### 16.5 Aplicação de resultados

O exercício de 2017 saldou-se com um resultado líquido positivo no montante 113 469,03 Euro (cento e treze mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e três cêntimos), tendo a Administração proposto que o mesmo fosse aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais, no montante de 5 673,45 Euro (cinco mil seiscentos e setenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos);
- Resultados transitados, no montante de 107 795,58 (cento e sete mil, setecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos);



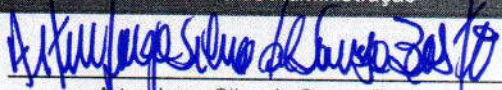
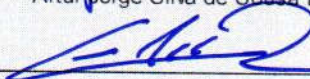
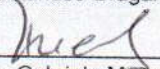


## 16.6 Responsabilidades por Garantias prestadas

À data de 31 de dezembro de 2017, a Empresa não reconhece quaisquer provisões ou contingências para garantias a terceiros, dado não se verificarem naquela data, nem tido verificado ao longo do período, eventos que justifiquem o reconhecimento.

Porto, 21 de fevereiro de 2018

Contabilista Certificado  
  
Pedro Miguel de Queiros Barbosa Costa e Silva

O Conselho de Administração  
  
Artur Jorge Silva de Sousa Basto  
  
Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção  
  
Teresa Gabriela Marques Leite



EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.  
PRAÇA GENERAL HUMBERTO DELGADO  
4049-001 PORTO  
NIPC 514280956  
228 348 770



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and a symbol resembling a lightning bolt or the number 4 at the bottom.*

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

[EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017]



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6 031 400 euros e um total de capital próprio de 579 035 euros, incluindo um resultado líquido de 113 469 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRES DE LISBOA, TORRE G, 5º, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL  
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - 514, 4150-171 PORTO, PORTUGAL  
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSporto@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA  
INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 20161394 - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 150.000,00 € - CRC LISBOA 14780

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.





**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES****SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

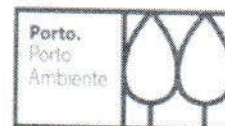
Porto, 15 de Março de 2018



---

**MAZARS & Associados, SROC, S.A.**  
representada por **Dr. José Fernando Abreu Rebouta (ROC N.º 1023)**

EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.  
PRAÇA GENERAL HUMBERTO DELGADO  
4049-001 PORTO  
NIPC 514280956  
228 348 770



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

# RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

[EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017]



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos com regularidade, extensão e metodologia consideradas adequadas, durante o exercício de **2017 e desde a sua constituição**, a atividade da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, analisámos a forma como é concretizada a adesão aos princípios de prudência, substância e materialidade, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Após o encerramento do ano apreciamos os documentos de prestação de contas.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

- 1.º. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- 2.º. Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Porto, 15 de Março de 2018

O FISCAL ÚNICO



**MAZARS & ASSOCIADOS, SROC**

representada por **Dr. José Fernando Abreu Rebouta (ROC n.º 1 023)**

RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRES DE LISBOA, TORRE G, 5.º, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL

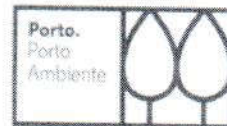
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3.º - S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL

TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

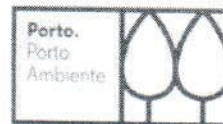
INSCRIÇÃO N.º 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O N.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 150.000,00 € - CRC LISBOA 14780



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS





## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento pode conter informações e indicações prospetivas (*forward looking statements*), no que diz respeito aos resultados das operações e às atividades da **PORTOAMBIENTE**, bem como alguns planos e objetivos da Empresa face a estas questões, as quais foram baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão.

Estas indicações futuras (*forward looking statements*) estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, indústria, da concorrência e nas condições económicas.

Indicações futuras podem ser identificadas por termos tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "pretende"; "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as expectativas atuais da Administração, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do controlo da entidade, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras.

Advertimos assim os leitores e analistas a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras.

**ATAS**  
**Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.**

**Ata n.º 4 da Assembleia Geral**

Ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, pelas onze horas, reuniu a Assembleia Geral da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.**, empresa local matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 514 280 956, com sede na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto, com o capital social de € 465 566,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e sessenta e seis euros), representados por 465 566 (quatrocentas e sessenta e cinco mil quinhentas e sessenta e seis) ações de € 1,00 (um euro) cada, exclusivamente detidas pelo Município do Porto, que aqui foi representado pela Senhora Dra. Maria Helena de Amaral Arcos Vilasboas Tavares, nomeada ao abrigo do disposto no artigo 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, por deliberação da Câmara Municipal do Porto de 12 de dezembro de 2017, registada com o n.º 394050-17-CMP.

A referida representante, verificando que estavam reunidas as condições para constituir a Assembleia Geral, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54.º, do Código das Sociedades Comerciais, enunciou os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

- **Ponto um:** Apresentação e aprovação do Relatório e Contas do período findo em 31 de dezembro de 2017;
- **Ponto dois:** Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2017;
- **Ponto três:** Deliberar sobre a aprovação do saldo de gerência do período findo em 31 de dezembro de 2017 e respetiva proposta de aplicação.

Aberta a sessão, passou-se à discussão dos pontos constantes da ordem de trabalhos:

**Ponto um.** Foram analisadas as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017, as quais apresentam um resultado líquido positivo de € 113 469,03 (cento e treze mil quatrocentos e sessenta e nove euros e três cêntimos). Sujeitas a votação, as referidas demonstrações financeiras foram aprovadas por unanimidade.

**Ponto dois.** Passando à discussão do segundo ponto da ordem de trabalhos, foi deliberado, por unanimidade, que os resultados sejam aplicados da seguinte forma:

Reservas legais, no montante de € 5 673,45 (cinco mil seiscientos e setenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos); e

Resultados transitados, no montante de € 107 795,58 (cento e sete mil setecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos).

**Ponto três.** Entrando-se no terceiro ponto da ordem de trabalhos, e considerando que foram aprovadas as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017, as



## ATAS

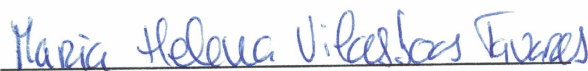
Folha 15

quais integram a demonstração dos fluxos de caixa do ano de 2017 que evidencia a formação do saldo de gerência respeitante ao período referido no montante de € 2 685 017,03 (dois milhões seiscentos e oitenta e cinco mil e dezassete euros e três cêntimos), foi deliberada, por unanimidade, a aprovação do saldo de gerência e a sua aplicação e conseqüente alteração orçamental.

Em cumprimento do dever de informação previsto no artigo 42.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a representante do Município declarou que serão enviadas as deliberações agora aprovadas para conhecimento da Câmara e da Assembleia Municipal do Porto, através de cópia da ata da presente Assembleia Geral.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral, pela representante do Município, eram treze horas, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada foi assinada por todos os membros presentes.

A representante do acionista  
"Município do Porto"



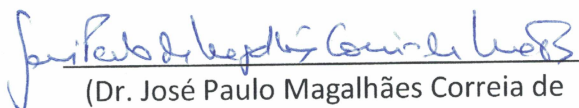
(Dra. Maria Helena de Amaral Arcos  
Vilasboas Tavares)

O Presidente da Mesa da  
Assembleia Geral

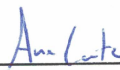


(Eng.º Filipe Manuel Ventura Camões de  
Almeida Araújo)

Os Secretários da Mesa da Assembleia Geral



(Dr. José Paulo Magalhães Correia de  
Matos)



(Dra. Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva)